
Pauta: Mudanças no Conselho Municipal de Transportes Urbanos – Comtu a partir do PLCE nº 020/22 – criação do Commu

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h20min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Na última reunião, tivemos a pauta da Vila São Judas, próxima à PUC, que fez uma intervenção junto à nossa Comissão para a suspensão de um leilão de um terreno da União, e nós conseguimos encaminhar isso a tempo, o leilão ia ser efetivado no dia de hoje, acho que foi uma movimentação bastante importante desta Comissão, em conjunto com secretário André Machado, no sentido de reivindicar o interesse do Município em torno daquela área que ia ser leiloada, uma área interessante para comunidade da Vila São Judas e que vai servir para ser instalado um equipamento público, uma UPA, uma praça, uma creche; aí vai ficar à disposição da comunidade, junto com o Município, para decidirem. Foi um movimento importante de intervenção desta Comissão num leilão de uma área que estava sendo reivindicada há 30 anos pela comunidade. Acho importante a gente usar essas reuniões aqui para, além de levantar pautas, também dar os encaminhamentos e a gente conseguir ir constituindo essa memória da Comissão, para que a gente não perca as demandas e as proposições que são trazidas para cá. É um compromisso nosso – não é, Jessé? –, os processos têm início, meio e fim, não é simplesmente ficar levantando os problemas da cidade e não buscar encaminhamentos para eles.

Hoje a pauta da nossa Comissão é sobre as alterações propostas pelo projeto de lei do Executivo no Conselho Municipal de Transportes Urbanos, para além de mudança da nomenclatura são mudanças significativas nos objetivos do Conselho e também na sua composição. Esse é um projeto de lei que está tramitando aqui na Câmara de Vereadores, já está apto para ser votado e tem um impacto significativo na vida dos porto-alegrenses no sentido de que, objetivamente falando, a população acaba acessando o papel do Conselho normalmente quando tem o aumento da tarifa. É o Conselho Municipal de Transportes Urbanos que faz a análise do relatório do cálculo que é enviado pela EPTC e decide o aumento da tarifa. Boa parte dos munícipes acha que quem faz o aumento da tarifa é a Câmara de Vereadores, mas não é, é o Conselho

Municipal de Transportes e, nesse sentido, é muito importante a gente saber como é que vai ser essa nova composição, quais são as novas atribuições que o Executivo vem pensando, porque faz parte a composição do Conselho, que também tem o papel de fiscalizar o contrato e o serviço que é oferecido pelas empresas de ônibus, de táxi, aplicativos, e teria que ter um papel importante na fiscalização e fazer com que as pessoas cumpram aquilo que está no contrato de licitação, o serviço que elas prestam para o Município de Porto Alegre. Isso foi para colocar um pouco a par quem está presente, do que se trata a reunião de hoje. Nós convocamos para participar dessa discussão uma série de entidades que já compõem hoje o atual Conselho, e eu vou chamar para compor a Mesa junto conosco o Jaires, atual presidente do Comtu; o Rodrigo Lopes Duarte, representante da União Estadual dos Estudantes; o Erick Dênil, representante da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA; o Jones não veio; o Pedro Dias, da UAMPA, o Pedro tem uma agenda, já me colocou que vai ter que sair um pouco mais cedo, mas desde já te convido para compor aqui conosco; o DCE da PUC ainda não enviou representante; está conosco aqui na Mesa o secretário Adão, da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana; o secretário adjunto Matheus Ayres; o Renato, representante jurídico da EPTC; o Diretório Central dos Estudantes da UFRGS ainda não se fez presente; o Diretório Acadêmico da UFCSPA também não está presente; o Airton, do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte, por gentileza, se puder compor a Mesa conosco; e o representante da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas ainda não está presente. Se eu esqueci de alguém que queira estar compondo a Mesa, enquanto representação de entidade, do governo ou do Conselho, me avisem que eu vou chamando, no processo.

Como funciona? A gente normalmente traz a pauta e coloca 10 a 15 minutos para uma exposição inicial. Como é um projeto de lei do Executivo, proponho que o Executivo inicie fazendo essa explanação, aí vocês se dividam dentro deste tempo, depois a gente passa para as entidades se manifestarem em relação àquilo que foi colocado pelo Executivo, depois a gente abre para o plenário, para as inscrições do público presente. Podemos organizar assim?

(Pausa.) Perfeito. As notas taquigráficas precisam sempre que vocês se apresentem e digam as suas entidades. Para nós a ata é bem importante, então vou pedir que sempre que forem falar, se apresentem.

O Matheus Ayres está com a palavra.

SR. MATHEUS AYRES: Bom dia a todos, Ver.^a Karen, Ver. Jessé; bom dia colegas do atual Comtu, nos encontramos muitas e muitas vezes, eu consigo ter uma presença bastante forte, por determinação do secretário Adão sempre que possível a gente participa da reunião *on-line* ou mesmo presencial, como fizemos agora, há algumas semanas, num momento de vistoria – só o senhor que eu não conhecia ainda, bom dia também, da UNE. Sou o secretário adjunto Matheus Ayres, da Secretaria de Mobilidade Urbana, já deixo também um abraço às meninas da taquigrafia, são queridas amigas de muitos anos, ainda quando eu estava aqui na Câmara – depois vamos pegar as notas –, deixo um abraço a vocês; também a todos os convidados que aqui estão, sejam da Prefeitura, da Câmara de Vereadores ou das entidades e cidadãos que acolheram convite para estar aqui hoje. Muito bem, esse conselho tem um papel muito importante, obviamente, na cidade, no tema que a Ver.^a Karen já relatou, da tarifa, e também em tantos outros que a gente acaba discutindo no Conselho em relação aos modais de transporte coletivo – ônibus, seletivo, lotação, táxi, aplicativos, motofretistas, Kombis escolares – e também em outras situações importantes da mobilidade urbana, como pedestres, segurança viária, obras de infraestrutura da cidade. Por isso, nós também resolvemos, como governo, propor uma atualização desse Conselho, que hoje é o Conselho Municipal de Transportes Urbanos, para um conselho com abrangência temática maior, inclusive atualizando com o que nós vemos no Brasil inteiro, que é a instauração secretarias de mobilidade urbana, ou mobilidade humana, diretorias nesse sentido e também conselhos municipais, estaduais com essa nomenclatura. É óbvio que às vezes a nomenclatura parece muito pouco, mas não; a gente está, na verdade, nessa atualização, tirando a vela acesa debaixo da mesa e colocado sobre a mesa, trazendo à luz outros temas da mobilidade urbana, além do próprio transporte, que é muito importante, como, por exemplo, a infraestrutura

viária e a própria segurança viária. Nós, aqui em Porto Alegre, no ano passado – passou inclusive pelo Conselho – fizemos um Plano de Segurança Viária, é a segunda capital do Brasil que realiza um trabalho nesse sentido, que tem como grande objetivo salvar vidas, aliás, esse é o grande objetivo de todos nós, como Secretaria de Mobilidade, como Câmara de Vereadores, como Conselho e como pessoas interessadas na mobilidade como um todo, o nosso grande, grande objetivo é salvar vidas. Quando a gente fala, por exemplo, na tarifa – um dos temas que a vereadora já relatou –, a tarifa, claro, é o valor da passagem, ajuda a manter o sistema de pé não só aqui mas em todo planeta, vamos dizer assim, mas também a decisão do valor da tarifa influencia na própria vida das pessoas; nós, aqui em Porto Alegre, já tomamos uma decisão, já tomada em outros lugares do mundo, que é o subsídio da tarifa, para que ela não tenha o valor real. Todos nós sabemos que na outra modalidade, na antiga modalidade, secretário Adão, a gente pegava todo sistema, dividia pelo número de passageiros e nós tínhamos a tarifa, que hoje seria R\$ 6,50, R\$ 7,00, algo absolutamente impraticável para a maioria dos usuários de transporte coletivo. Então, nós tomamos a decisão, estamos fazendo o subsídio, assim como outros municípios estão fazendo. A gente espera, com muita, muita esperança, do verbo esperar, que o governo federal faça sua parte este ano, inclusive, e faça o aporte, assim como foi feito no final do ano passado, para que possa ajudar o sistema de transporte coletivo de Porto Alegre e de todo o Brasil. Só para dar como exemplo: da tarifa às obras de infraestrutura, a mobilidade urbana ajuda a salvar vida ou, então, investir na vida, para que as pessoas tenham mais autonomia, liberdade e possam melhor viver nas ruas da nossa cidade. Com essa introdução, passo ao secretário Adão para fazer sua apresentação também e, em nome do governo, apresentar o projeto, aliás, que já passou pelas comissões daqui da Casa, acho que o senhor vai falar, depois, sobre isso.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Bom dia a todos, sou o secretário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre, cumprimento a Presidente Karen, Ver. Jessé, que fazem parte da comissão; presidente Jaires, do Comtu, e demais conselheiros do Comtu que se fazem presentes aqui; e também o Renato e

Giovana, que estão representando a EPTC, e demais membros aqui da reunião. É muito importante que a gente, na verdade, relate aqui que essa atualização, esse novo conselho que a gente está criando é uma evolução do atual Comtu. Ele amplia, evidentemente, as competências do Comtu, que é o Conselho Municipal de Transportes, e passa a ser Conselho Municipal de Mobilidade Urbana. Com isso, evidentemente, ele amplia as suas competências quanto à questão do transporte, à questão da segurança, à questão dos modos ativos, à questão da sensibilidade, ou seja, é uma grande ampliação de competências que, por si só, é função precípua de qualquer conselho se envolver de forma abrangente nos temas. Então, a alteração, na verdade, a criação do Commu e, evidentemente, a extinção do Conselho de Transporte tem o objetivo principal trazer maior competência, maior abrangência. Também nós temos aí uma lei de 1994, ao longo desses anos, nós tivemos a Lei nº 12.587 sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana e que, evidentemente, traz a necessidade de uma modernização, atualização das leis de conselhos do Brasil todo – isso não é uma novidade de Porto Alegre, muitos municípios tem passado por essas alterações a partir de 2012, com a Política Nacional de Mobilidade Urbana. O que a gente procurou fazer exatamente nesse projeto de lei é trazer essa amplitude, trazer, evidentemente, essa conotação de envolvimento do conselho em todos os assuntos que tratam de mobilidade urbana. Hoje, nós temos um tema bastante grande que é a questão da acessibilidade, muito recorrente nos municípios, não é uma situação só de Porto Alegre, mas temos uma discussão ampla quanto a isso, que é evidentemente dar o direito de todas as pessoas, em qualquer condição, de poder circular, ter uma boa caminhabilidade. Nesse sentido, também é importante relatar que o conselho passa a ter uma função prioritária nesse tema, quando da alteração da lei atual para o projeto que a gente está encaminhando para a Câmara de Vereadores.

Em relação, especificamente, ao transporte, da mesma forma, o conselho mantém toda a sua hegemonia quanto à questão dos controles. O transporte público, com a pandemia, já vinha, evidentemente, enfrentando grandes problemas, e com transporte público tivemos um agravamento sobremaneira da situação do transporte. Isso tem um esforço muito grande do governo municipal,

a exemplo de outros municípios que estão fazendo, posso citar São Paulo como exemplo aqui, do seu investimento na ordem de R\$ 5 bilhões para manter a tarifa aos moldes que é mantido lá, muito parecida com a nossa aqui, que hoje é R\$ 4,80, a deles praticada deve estar R\$ 4,50. Mas tudo isso demonstra, evidentemente, a essencialidade do transporte público no governo municipal e também a sua priorização em relação à questão social para atender as necessidades das pessoas. No ano passado, criamos o Mais Transporte, um programa que tem ampliado muito a oferta de ônibus, ainda está muito aquém do que nós gostaríamos. É lógico que esse trabalho é um trabalho que exige, evidentemente, um olhar bastante aguçado. A gente tem ampliado muito, ainda precisa ampliar mais, precisa sim, mas, se considerarmos todo o esforço que foi feito de abril, que foi o momento que nós lançamos o Mais Transporte, até o final do ano e até o dia de hoje, a gente já teve grandes avanços. E aí não cabe aqui citar de tantos, mas o número de viagens aumentou, o número de ônibus circulando aumentou, o número de ônibus novos hoje já passa de 120 já na frota, a gente quer chegar, até o final do ano, com 200 ônibus, na frota ônibus novos. Então isso tudo é um esforço que tem sido feito no sentido de atender. Está ruim? Está ruim. Nós temos pesquisas, que mostram que já melhorou comparadas às pesquisas anteriores, já tivemos evolução das pesquisas de satisfação do usuário, mas ainda precisamos avançar mais, precisamos atender melhor. Estamos reformando os terminais de ônibus, estamos colocando paradas novas, ou seja, há um grande esforço nesse sentido, ainda precisa ser feito muito mais. E o papel do conselho tem uma fundamental importância nesse processo, porque, evidentemente, ele é ali a representação de todas as entidades que possam fazer com que a gente tenha outros olhares, até mesmo emitir pareceres a respeito desse sistema e de tantos outros.

De forma resumida, lógico que entrando mais na questão dos trâmites da Câmara, o projeto de lei foi protocolado, já passou por todas as comissões, teve, na verdade, a sua aprovação, então, ele está, como a própria presidente falou, apto para ser votado. Entendemos que ele amplia muito as competências do conselho atual, trazendo para ele uma outra conotação na sua amplitude, na sua importância, na sua relevância da participação popular, da participação da

sociedade em assuntos relevantes, como é o caso da mobilidade urbana do município de Porto Alegre. Esse é o nosso entendimento, e foi esta a nossa motivação: trazer, evidentemente, uma atualização das competências, uma amplitude, uma modernização para que a participação popular pudesse estar mais abrangente do que é hoje através do Comtu. Então, falo muito resumidamente, foi esse nosso objetivo. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, secretário Adão. Queria saber se o Renato já quer colocar alguma questão? A princípio não, obrigada. Então, vou passar para os representantes do atual conselho, de imediato, Jaires Maciel, presidente do Comtu.

SR. JAIRE MACIEL: Ver.^a Karen, bom dia, Ver. Jessé, quero saudar aqui o secretário Adão, o secretário adjunto Matheus Ayres; meu grande amigo de longa data, chefe do jurídico Dr. Renato, a Dra. Giovana também está aqui no auditório; aos meus colegas do conselho, aqueles que representam algumas entidades que hoje compõem o Comtu, que aqui estão presentes. Mas eu queria, vereadora, numa breve síntese, a gente analisou esse projeto, o secretário Adão e o secretário Matheus nos receberam previamente para tratarmos dessa matéria, em que a gente, inclusive, teceu algumas críticas e apresentamos algumas sugestões, que eles ficaram de fazer o encaminhamento, mas, ao final, quando nós vimos a versão final do PL, pouca ou nenhuma daquelas sugestões que nós havíamos apresentado, num diálogo aberto e franco com secretário, foram incrementadas aqui. Então, neste momento, o que eu tenho a dizer, enquanto presidente do conselho relativamente ao projeto? O projeto é bom, mas o projeto é muito ruim, e o que ele tem de ruim não supera o que ele tem de bom. Ele é bom por quê? Primeiro, porque propõe uma reforma, e nos tempos atuais, toda reforma é bem-vinda; nos tempos atuais, todas as modificações, todas as incrementações são bem-vindas. Neste caso, qual é o grande mérito do projeto? É a inclusão de novas representações da sociedade civil, que hoje não se encontram contempladas no Conselho. Em contrapartida, qual é a parte ruim do projeto? Primeiro, que quando se fala em conselho, a palavra nos remete

a aconselhamento, e aconselhamento, normalmente – eu aprendi na vida aos meus 66 anos – a gente busca com quem tem experiência. E o projeto, que prevê a montagem de um novo conselho para cidade e despreza justamente a questão da experiência das pessoas, porque a experiência se acumula ao longo do tempo; ninguém nasce experiente e ninguém nasce sabendo. Os senhores, como vereadores aqui na Casa, sabem disso, hoje são muito mais experientes do que no primeiro mandato, com certeza. Então, o que acontece? Com esse ganho da experiência, você acumula uma bagagem de conhecimento e que serve para discussão de todos os temas da cidade. Pois o projeto intervém nisso, e aí é uma outra negação ao projeto, que é a questão intervencionista do poder público num órgão social, num órgão da sociedade, que deve ser de controle, disposição e administração da sociedade, mas que fica engessado pela lei da sua criação à vontade do poder público. Então, o poder público determina quem pode ser conselheiro, o poder público determina quantos mandatos pode ter, o poder público determina que a entidade que vai compor o conselho não pode escolher uma pessoa que quer que seja seu representante lá naquele conselho, na medida em que diz que, a cada dois mandatos tem que trocar a pessoa. Ora, todos nós sabemos que as entidades têm os seus grupos de organização e, dentro desses grupos, sempre tem pessoas mais habilitadas para esse assunto do que para aquele, do que para aquele outro. Então essa pessoa que vai adquirir a bagagem nos dois primeiros mandatos de dois anos – e a gente concorda com mandato de dois anos, porque hoje é assim –, só que o Município não pode se intrometer na recondução desses conselheiros. Isso tem que ser liberdade exclusiva, e competência exclusiva da entidade que lá está representada; não é o Município que vai dizer quem é que tem que ser conselheiro desse, daquele ou daquela outra entidade. A gente sabe como isso funciona. O.k.?

Outro ponto negativo que está no art. 3º, a paridade de membros. Ora quem conhece um órgão colegiado, sabe que, através da paridade, você domina os atos daquele órgão. Se você tem 50% da sociedade civil e 50% do poder público, você está dizendo que o poder público domina aquela entidade de forma legal. E eu dou um exemplo, nós teríamos aqui pelo projeto, 12 representantes da

sociedade civil e 12 representantes do governo. Ora, se a pauta não interessar ao governo, basta que o governo retire os seus 50%, porque obviamente do outro lado sempre vai faltar uma entidade; na sociedade civil nunca vão estar lá os 12 presentes, vão ter 10, vão ter 11, vão ter 9, mas o controle do funcionamento do conselho fica vinculado ao prefeito, por quê? Porque todos os representantes do Município são indicados pelo prefeito, logo basta ele dizer: “Liga para o Fulano aí que não é para ir na reunião”. Acabou, não tem quórum, nem começa, está certo?

O art. 5º, e quando eu disse que o projeto era bom porque reforma, porque traz novas entidades, ele é muito ruim porque está tirando aqueles que lá estão, quando nós entendemos que é possível, sim, somar e não diminuir. E eu vou dar um exemplo, claro quando eu falo de exclusão de entidades, e a gente checou item por item das possibilidades aqui, hoje, por esse projeto, estariam excluídos do conselho o Orçamento Participativo, a UAMPA, a CUT, o sindicato dos rodoviários. E os que lá estão, como o representante dos taxistas; o meu caso, representante dos escolares, ainda dependeria de uma disputa interna entre a própria categoria para saber qual deles iria para lá para o conselho representá-lo. Então, além de tudo, incentiva uma cizânia entre as categorias, porque a gente sabe que, hoje no escolar, nós temos duas, três, representações. Nós sabemos que no táxi tem três, quatro representações. Então, excluir os que lá estão não me parece uma forma inteligente, interessante de melhorar a reforma. Você pode reformar um prédio sem demoli-lo totalmente, então, a nossa crítica é essa. Órgãos como o Orçamento Participativo, que me parece, representa boa parte da sociedade porto-alegrense; a UAMPA, órgãos históricos do Conselho e o Conselho tem mais de 50 anos; a CUT, representantes dos trabalhadores; o sindicato dos rodoviários, que representa os trabalhadores diretamente no serviço de transporte coletivo; órgãos técnicos como o CREA, órgãos técnicos como o Detran, como a Metroplan e como a ABM estão simplesmente aliados do processo. Quando nós queremos discutir segurança no transporte público, nós corremos para o colo da ABM, da Brigada Militar. Na hora de eles participarem intensivamente das discussões se exclui a Brigada Militar do Conselho. Órgãos técnicos como o Detran, que regulamentam o trânsito na

cidade e a circulação na cidade juntamente com a EPTC, estão fora. Então, essa é uma parte ruim do projeto.

O art. 8º é essa questão que eu falei que a prefeitura determina o tempo de mandato, isso é questão interna do Conselho. Tudo bem que os mandatos sejam de dois anos, *o.k.*, mas que a recondução tem que ser por conta da entidade e responsabilidade da entidade, isso me parece claro. Não pode a Prefeitura ir em cada entidade e determinar: “O Jaires está bem lá, mas eu não gosto do Jaires e ele não vai mais. Já cumpriu os dois anos dele”. “Ah, mas ele incomoda.” “Porque ele incomoda que eu não quero que ele vá”.

Bom, a cereja do bolo eu vou deixar para o final, que são os artigos 15 e 16.

Então, na verdade assim, o projeto ele é bom por aquilo que eu falei, e ele é muito ruim por isso tudo, porque o Comtu, hoje, é a única barreira de controle social que nós temos da sociedade civil. Funciona bem ou funciona mal, bom isso é uma questão de critério de avaliação, mas nós temos lá a representação da sociedade civil, nós temos a CUT, nós temos o Orçamento Participativo, nós temos aqui Fetapergs, tem a UMESPA. Então, quer dizer que a sociedade civil, nos seus segmentos, lá está representada; os votos são votos de consciência de cada um dos conselheiros, e são livres para fazer essa manifestação, *o.k.*, mas estão lá. Pelo projeto, muitos deles estão fora do negócio.

Mas a grande cereja do bolo, que o secretário não disse por razões óbvias, ele não pode dizer e não pode chamar a atenção, é o art. 15. O art. 15 deste projeto, e a senhora mesmo, no início da nossa reunião, quando me cumprimentou, ainda...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JAIRE MACIEL: O poder de decisão. A senhora mesmo me disse: “Olha, o Conselho é conhecido pela questão do aumento da tarifa”. Até a senhora, me perdoe cometer uma impropriedade, não é o Conselho que define o preço da tarifa; quem define o preço da tarifa é o prefeito. O Conselho julga a planilha e aprecia a planilha pelas questões técnicas. Está *o.k.*? Está *o.k.* Eu disse para o prefeito: “Prefeito, está correto”. Agora se o prefeito fixar em R\$ 9,00, em R\$

8,00, em R\$ 2,00 ou de graça é competência do prefeito. O Conselho está lá para cumprir essa questão técnica. Então, veja bem, no art. 15 é que está a cereja do bolo. O art. 15 diz o seguinte: “A tarifa do serviço de transporte coletivo por ônibus, do Município, será fixada pelo Executivo, mediante decreto”. Então, eu decreto e está decretado. Isso aqui exclui a apresentação, e veja bem, pode extinguir o Comtu, entre todas as atribuições do Comtu, aquelas que estão relacionadas como perfumarias, essas já existem hoje. A mais importante de todas, pela qual é a razão da existência do conselho, que a sociedade reconhece, é a questão da análise da tarifa, e é justamente essa questão que querem tirar fora. Fazem todo um *mise en scène*, toda a criação de uma nova estrutura, com uma conversa bonita e perfumada de que é melhor para todo mundo... Melhor para quem, cara pálida? Se a única atribuição pelo qual nós nos reunimos em 40 sessões por ano... Nós temos reunião toda semana, de meio de fevereiro a meio de dezembro, nós nos reunimos toda a semana, e não tem reportagem da RBS para cobrir as reuniões ordinárias, mas a da tarifa tem. Então conselho é conhecido por isso, e o prefeito quer, simplesmente, excluir essa possibilidade da última barreira de controle da sociedade civil sobre a tarifa. E mais ainda, ele altera no 16 e diz que, depois que decretar, ele vai enviar em 48 horas para Câmara e para o Comtu. E a pergunta que fica aqui, com todo o respeito, é para quê? Já está decretado, já está em vigor, o conselho, no caso, é consultivo em qualquer cenário, seja como Comtu, o conselho consultivo. Vai mandar 48 horas depois para quê?

Só para resumir, a minha primeira intervenção nesse momento é isso. O projeto é bom por um aspecto, na medida em que propõe o aumento do número de representantes e outros segmentos da sociedade representada, e acho isso muito bom, mas ele é muito ruim por todos esses outros aspectos que eu coloquei aqui. E não é porque eu sou o presidente do conselho, porque eu estar presidente é uma situação, agora, é por estar presidente e há tanto tempo lá no conselho, é que eu sei da realidade. Nós já tivemos época no conselho em que a presidência do conselho era exercida pela própria SMT, pela própria EPTC. Não funcionava. Como é que alguém que vai fiscalizar alguma coisa vai ser o chefe do órgão fiscalizado? Não funciona. E aqui, de certa forma, deixa nas

entrelinhas que a responsabilidade toda do conselho vai ser da SMMU. Não, a SMMU só tem a atribuição de propiciar os meios para que o conselho funcione, mas, em função de gerência, de comando, não pode ter intervenção nenhuma. Estaríamos diante de intolerância racional, o órgão fiscalizado é o presidente do órgão fiscalizador. Não funciona. Então essa é a minha primeira intervenção, reservando o direito de falar numa próxima oportunidade, se assim for necessário.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Jaires, presidente do atual Conselho Municipal de Transporte Urbano – Comtu.

O Sr. Pedro Dias, da União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA, está com a palavra.

SR. PEDRO DIAS: Em primeiro lugar, meu bom dia a todos os vereadores presentes, a presidente Karen, ao Adão e Matheus, secretário de transportes, membro do Comtu, e demais presentes.

Eu acho que esse projeto tem que ser discutido. Não pode ir à votação. Isso aqui está atrofiado. Será que o prefeito conhece esse projeto aqui? Prefeito que vem desde a década de 1980 e que acompanho quando concorreu várias vezes a vereador e não ganhou, várias vezes participou dos nossos congressos da UAMPA. E agora ele não reconhece o movimento social? Acho que tem alguma coisa errada nessa cidade. Vários conselhos nessa cidade estão sendo desconstituídos ultimamente. Nós participamos da elaboração, junto com a Câmara de Vereadores, de vários conselhos. Porto Alegre é a cidade da participação popular. Vários conselhos foram criados através das entidades como a CUT, CTB, UAMPA, entidades sociais, estudantes, ajudaram a construir... Agora, parece que está sendo tudo destruído!

Queria propor, Karen, que a gente fizesse um seminário sobre a mobilidade urbana, sobre conselho do transporte, porque não é só a questão do aumento da passagem que está em jogo. Tem muito mais coisas em jogo na cidade. Esse conselho do jeito que vai ficar, quem vai mandar vai ser o empresariado e o prefeito, que comem no mesmo prato, gente. Essa é a realidade, o povo vai ficar

jogado às traças. Eu estava vindo num ônibus, tem os cartazes, R\$ 18,400 milhões do Tri. Acho que o subsídio que tem hoje em Porto Alegre está de uma maneira equivocada, porque o cara que tem o vale-transporte já recebe o vale do governo, que o governo paga no imposto e abate no imposto de renda. Agora, o camelô, o cara que está na informalidade, que está subempregado, esse, o benefício dele é pequeno. Ele tinha que ter um benefício maior, de quando o prefeito fez a lei, no ano retrasado, para tirar o vale dos estudantes, queriam uma tabela: o estudante que ganha menos tem mais subsídio. Não é isso? Então, o caro que não tem como acessar o ônibus tem que tem um subsídio maior. Os empresários têm que continuar pagando o vale-transporte, porque, na realidade, ele é beneficiado, e o cara que não tem dinheiro para andar de ônibus não entra no ônibus. Qual o grande problema de Porto Alegre, hoje? Tem que trazer os usuários para o ônibus. E aí tem uma questão que batemos muito no Comtu, que é o problema da segurança. Não existe segurança em Porto Alegre, no transporte coletivo. Eu fiz um cálculo outro dia, em uma parada de ônibus, no Lindoia, havia 56 pessoas na parada às 17h – 6 homens e 50 mulheres.

Nós estivemos visitando o camelódromo, aquela insegurança total do transporte ali... Quem vai pegar ônibus ali no final da tarde? Ninguém pega ônibus. Tem Uber ali na beirada, pegando três, quatro para levar para qualquer bairro. Quer dizer, as pessoas não conhecem o sistema de Porto Alegre, as coisas modificaram e a Prefeitura ainda não mudou. Penso que teria que discutir várias questões e um cenário em cima do outro. Na realidade, o que está acontecendo é que o pessoal está se adequando a uma lei da mobilidade urbana que discutimos lá atrás, com a confederação nacional, e as prefeituras têm que se adequar, a Região Metropolitana tem que se adequar. Hoje nós temos o problema de tirar os cobradores do ônibus, quando o ônibus vem lotado, quando ele vai pela Av. Assis Brasil, cria uma fila enorme. E qual é o tempo que leva? Nós estamos regredindo porque os caras querem ganhar centavos a mais no transporte coletivo. Isso é um retrocesso, tirar cobrador de ônibus, quando os ônibus andam lotados na hora do pico e depois, conforme alguns horários, tem umas linhas que batem lá. Então, teria que ver uma integração de ônibus de alguns lugares, para melhorar o sistema de transporte, para ser rápido, senão o

povo vai buscar alternativa de transporte, o povo não quer ficar numa parada, 20 ou 30 minutos, esperando ônibus. Conforme o horário, hoje, num sábado ou domingo, você fica mais de uma hora ou uma hora e meia na parada de ônibus. Como é que vai ter passageiro? Temos que repensar.

Proponho um seminário para discutirmos melhor. Há duas semanas, estivemos na PUC, na comissão do Plano Diretor; tinha mais de cem pessoas. No final de semana, estivemos no Salão de Atos da UFRGS, nós temos que ter a mobilidade urbana também. Um grande seminário, acho que a CUTHAB poderia fazer. Outra coisa, antigamente, os vereadores discutiam o preço da tarifa. Hoje a CUTHAB – Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, pouco discute o transporte da cidade. Essa discussão tem que vir à Câmara de Vereadores, senão fica toda a bomba no Comtu. Aí, no dia da votação do transporte, tem conselheiros que o povo vai lá e não deixa nem entrar. Em 2013, deu uma verdadeira guerra, teve conselheiro que apanhou lá porque era chamado de pelego. E realmente tem alguns pelegos, isso tem mesmo. Portanto, temos que discutir melhor essa questão, porque a Câmara tem que assumir esse papel de discutir melhor o transporte de Porto Alegre.

Com todo o respeito ao secretário, ao Matheus e Adão, acho que o prefeito tem que rever essa questão, e não tem que levar o projeto para votação. Nós, do conselho, e outras entidades, temos que fazer uma visita a todos os vereadores e pedir que olhem esse projeto, enquanto não houver uma discussão da sociedade civil. Gente, esse projeto veio para cá em novembro do ano passado, fim de pandemia, em janeiro e fevereiro não teve nada, agora já vai para votação? Isso é um golpe no povo! Então, nós não aceitamos isso em nome da UAMPA. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradecer a tua presença, Pedro. Importante a fala de quem é usuário do transporte e representa as nossas comunidades de Porto Alegre. Quero passar para a representação estudantil, para também trazer um pouco da análise de vocês em relação a esse projeto. O Sr. Rodrigo Lopes Duarte, representante da União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul – UEE-RS, está com a palavra.

SR. RODRIGO LOPES DUARTE: Boa tarde, estou aqui representando a UEE-RS. Eu não vou me alongar muito na minha manifestação, porque também já concordo com o que foi trazido, mas queria fazer só algumas contribuições sobre essa questão do projeto. Primeiramente, até me somando ao que trouxe o atual presidente, eu acho que a experiência não vem só, necessariamente, com os anos, também vem com a gente vivenciar de fato a realidade daquilo que a gente está falando, e a gente sabe que, na verdade, hoje, nessa futura possível configuração do Comtu, Commu agora, na verdade, mais de 50% das pessoas que vão estar compondo esse conselho não vivem essa realidade. A gente sabe que quase todo mundo que vai estar ali, de fato, não vai estar pegando o transporte público, inclusive, imagino que se a gente perguntar aqui, hoje, quantos vieram de transporte público para a Câmara, imagino que vai ser pouca gente. Então eu acho que a gente não tem como discutir a tarifa, a gente não tem como discutir as isenções, a gente não tem como discutir toda a questão que envolve o transporte público sem estar, de fato, com as representações que vivem essa realidade. A gente sabe que as pessoas que vivem isso são os estudantes, as associações de moradores, os trabalhadores também, a própria vivência dos trabalhadores no transporte, então eu acho que é muito importante a gente conseguir visualizar isso quando a gente fala dessa configuração nova do conselho, até porque, na prática, a gente vai ter aqui uma configuração em que... Nós, por exemplo, os estudantes, hoje nós temos mais de uma representação, e vão estar os estudantes, que vivem essa realidade, disputando uma vaga só para estar ali, os trabalhadores disputando uma vaga para conseguir estar no conselho, as associações de moradores sendo retiradas do conselho enquanto vamos ter 12 pessoas do poder público que, na prática, não se põe critério nenhum sobre a credencial que esses participantes têm que ter. Então, enquanto nós, que temos as credenciais para fazer parte desse conselho, vamos ter que ficar disputando uma vaga cada um, o poder público vai poder indicar quem quiser para estar ali, para simplesmente manter a maioria, e, na prática, é basicamente para fazer o que já foi trazido aqui, uma perfumaria de como se fosse algo democrático, algo que tivesse sido de fato decidido pelo povo, sendo que na prática não vai ser, vai ser simplesmente o povo

referendando aquilo que o poder público decidir. Acho que a gente tem que realmente repensar, principalmente essa questão da configuração. É muito importante que a sociedade civil não seja só objeto, como o senhor trouxe, secretário, para conseguir trazer as questões daquilo que vive na realidade, mas que, de fato, quem vive a realidade seja quem decida sobre a passagem, seja quem decida sobre o futuro do transporte público. Acho que de resto é isso, concordo com as manifestações que foram trazidas. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Rodrigo. O Sr. Erick Dênil Machado Pimentel, representante da UMESPA – União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. ERICK DÊNIL MACHADO PIMENTEL: Bom dia para todos que estão presentes, secretário, Ver.^a Karen, Ver. Sgarbossa, colegas do conselho; também quero cumprimentar aqui todos que estão participando desta reunião, acho de extrema importância discutir o transporte da cidade. Dizer que também é muito importante fazer uma discussão ampliada desse assunto. Nós, por exemplo, da união dos estudantes, a juventude em si, não se sente hoje representada dentro do conselho e a gente acredita que é importante, por exemplo, além da permanência dos estudantes secundaristas, a ampliação para os estudantes universitários participarem. Por exemplo: a UMESPA representa os secundaristas, estou falando aqui, já fui presidente da UMESPA, tem a Vitória, foi presidente da UMESPA também. Nós tivemos um fato, em 2018, dentro do conselho, em que, depois de uma discussão acalorada sobre o aumento da tarifa, naquele episódio a Vitória foi agredida dentro do conselho, e a gente acredita que é preciso ter uma ampliação da nossa participação, mas naquele momento a gente tomou a decisão de não participar mais das reuniões do conselho, porque a nossa fala era interrompida o tempo todo dentro do conselho. Naquele episódio, eu não era conselheiro, estou retomando agora como conselheiro, indicado pelos estudantes, mas a gente acredita que tem que criar um ambiente de debate e de diálogo dentro do conselho, bem representativo, que tenha os secundaristas, que tenha os universitários e debata, de fato, o

transporte da cidade. Hoje, foi bem falado aqui por todos os vereadores, inclusive por parte das representações: o transporte de Porto Alegre vem perdendo público a cada ano que passa; por quê? Porque o transporte da cidade não contempla o que a sociedade quer; é uma tarifa extremamente cara, o transporte da cidade não tem ar condicionado, por exemplo, boa parte dos ônibus, então, o povo trabalhador está andando num ônibus, com 40º graus, voltando do serviço, indo trabalhar, não tendo ar condicionado na maioria absoluta dos ônibus, isso não sou eu que estou falando, são números da própria EPTC, dos próprios consórcios de ônibus, da própria Carris, inclusive. Então, a maioria não tem ar condicionado, os ônibus são velhos, com muitos anos de uso, lembrando que foi feita uma lei que antes era de dez anos de uso, agora passou para 15 anos, ou seja, tem ônibus de 15 anos rodando, gente. Então, quando o trabalhador e a trabalhadora, quando a juventude está indo estudar e estraga esse ônibus, não foi um acidente, foi um projeto de sucateamento da cidade, um projeto de sucateamento do transporte coletivo, que não é pensando para a população, e sim um grande negócio. Virou um balcão de negócios o debate do transporte público, só que isso prejudica diretamente a todos, inclusive o empresariado da cidade, só não lucra mais por conta do próprio egoísmo, de querer ganhar mais dinheiro, querer cobrar mais cara a tarifa da passagem, enquanto a galera está juntando grana, paga um Uber, paga um aplicativo, vai de bicicleta para estudar. Não precisa do transporte coletivo para muitas situações, vai até mesmo a pé, de alguma forma vai ir, de lotação, aí esvazia o transporte coletivo, cria uma grande crise, só que a crise é criada por falta de projeto, e projeto pensado para a cidade inteira, diversos bairros, inclusive os bairros mais periféricos da cidade. A gente viu, nas últimas semanas, a galera filmando dentro de ônibus, a galera indo para a Restinga e o busão lotado; a galera indo para a Lomba do Pinheiro e o ônibus completamente lotado, inclusive sem cobrador, gente. Daí tu imaginas, o motorista cobra, ele dá troco, ele tem que parar o tempo todo, inclusive, dentro desse transporte, se cria um grande caos, porque não tem ninguém, por exemplo, para controlar a quantidade de pessoas que tem dentro, e aí as leis também já vão por água abaixo, porque se não tem ninguém que fiscalize a lei, ela não funciona. Está superlotado. A segurança do passageiro

também não é levada em consideração nesse momento, e é um grande caos. Então, a crise do transporte público, infelizmente, acontece na cidade de Porto Alegre por falta de projeto pensando na população, e a gente acredita que o Comtu, acho que foi muito bem falado aqui, ele é o conselho que deve debater sobre os problemas do transporte e também procurar soluções. Dentro disso, nós temos que, sim, ampliar as representações do transporte público, do conselho, do Comtu, colocar a UEE, colocar diversas entidades. Acho que foi bem falado, não tem problema aumentar o número de entidades, agora, não dá para tirar entidades representativas, por exemplo, a UAMPA, a CUT, as demais entidades que, realmente, aquelas representações andam de transporte público. Quem mais entende de transporte público se não for o passageiro? É o passageiro que entende, é ele que pega, todo dia, ônibus lotado; é ele que enfrenta os problemas na hora de voltar para casa; é ele que percebe a falta de segurança no transporte coletivo da nossa cidade. Então, o transporte público de Porto Alegre tem que ser pensado para a população e não para o lucro do empresário, porque senão gera uma grande crise. Aí, na crise, não adianta só acharmos culpados, temos que procurar solução. Eu concordo, acho que nós temos que fazer uma grande conferência na cidade para debater o transporte, com os vereadores da base do governo, inclusive, com os vereadores de oposição, secretários, as entidades representativas e principalmente a sociedade, que, realmente, vive, diariamente, esses problemas do transporte público. Então, uma conferência nos ajuda a pensar numa alternativa para a cidade, porque hoje, além de não ter uma alternativa para os problemas que a gente enfrenta no transporte coletivo, o que a gente repara é que a crise do transporte só aumenta com o passar dos anos, não é à toa que cada ano que passa diminui o número de passageiros e diminui muito número de passageiros, e óbvio que quanto menos passageiros andarem de ônibus, mais caro vai ficar o transporte coletivo. Não é essa lógica, de diminuição, nós temos que garantir que mais pessoas usem o transporte público, até pensando no transporte público numa cidade sustentável, ou seja, esse debate não é levado em consideração. Então, se diminuiu os passageiros, se cria uma grande crise e a gente não consegue achar saídas. Infelizmente, isso é devido ao alto lucro dos

empresários, infelizmente é falta de diálogo com a sociedade, ou seja, temos que incluir sociedade no transporte público de qualidade, garantir um debate mais ampliado com os que usam o transporte público, de vários segmentos e entidades, para que a gente ache alternativas coletivas, porque, se continuar no ritmo que está, a crise no transporte vai só se aprofundar. O tempo passa, e ela está se aprofundando; o ano que vem vai ser pior, daqui 2 anos vai ser pior. Bom, vamos esperar então acabar o transporte coletivo para rediscutir qual é o modelo que teremos que usar para cidade ter um ônibus a preço justo, com maior qualidade? Eu acho que não, acho que temos que começar a partir de agora, inclusive atrasado, a debater esse assunto, para que a gente consiga, de fato, ter um resultado para a nossa cidade. Acho que todo mundo é prejudicado, inclusive os próprios empresários; no momento que eles perdem passageiros, eles têm que repensar o que aconteceu para perder passageiro? Ou seja, temos que pensar a gente em abranger e ampliar as representações, com diversas entidades. Acredito que é muito importante que a sociedade de Porto Alegre fique sabendo que eles querem tirar, do Comtu, o poder de debate e de avaliação da tarifa de Porto Alegre, por que isso... Não lembro que governo... Isso é isso evitar a conversa com a sociedade, isso é evitar que os conselheiros possam debater sobre isso e, de certa maneira, a toque de caixa, querer aumentar a tarifa a todo custo. Tenho certeza, inclusive a base do governo não concorda com esse tipo de situação, porque isso impede o diálogo; nós temos que evitar esse tipo de coisa, essa situação; nós temos que debater cada vez mais, e a sociedade estar envolvida. Então, é conferência; temos também que marcar uma reunião com o prefeito, falar para o Melo que nós não concordamos com esse modelo de aumentar a tarifa sem discutir com ninguém na sociedade, ou seja, se hoje o Comtu não está representado por todas entidades que deveria; o próprio Comtu, que não está representado, já querem com que o conselho nem tenha, inclusive, validação sobre o debate do preço da tarifa. Ou seja, é para bonito o conselho, é para dizer que tem, é para dizer que se reúne toda semana, se discute, mas é um desrespeito com as entidades, é um desrespeito com os próprios secretários do governo, que deveriam, sim, debater com a sociedade sobre isso, porque tem um modelo gente, tem forma de sair dessa crise, mas é preciso debate, é preciso

incluir aqueles que hoje não se sentem representados pelo modelo usado em Porto Alegre. Então, é a toque de caixa que o Melo quer fazer isso, que o governo atual quer fazer isso. A sociedade de Porto Alegre não aceita esse tipo de política, que não debate com a sociedade. A gente acredita que quanto mais debate melhor; a gente tem que achar saídas coletivas, pensando na população. Então, acho que temos que encaminhar uma conferência para debater com a cidade sobre o transporte, como tem conferência da saúde, como tem conferência da educação, e também, óbvio, chamar uma reunião com a representação da comissão, vereadora, também com conselho, junto ao Melo, para discutir com o prefeito da cidade o porquê dessa proposta absurda, que tira todo e qualquer tipo de debate e decisão do conselho. E essa proposta também de acrescentar mais entidades; na nossa opinião, acrescentar entidades é ótimo, é excelente; agora, não dá para tirarmos aquelas que já estão debatendo sobre assunto e que têm conhecimento sobre assunto. Como que vai tirar a União das Associações de Moradores de Porto Alegre? Como vai tirar a Central Única dos Trabalhadores? Os trabalhadores são os que mais usam o transporte público na cidade. As comunidades periféricas, representadas pela UAMPA, são as mais prejudicadas pela alta de transporte público, e voltam todo dia para casa com ônibus lotado. Então, cadê a capital do Orçamento Participativo? Cadê a capital do Fórum Social Mundial, que discute o tema coletivamente, com homens, com mulheres, com a juventude, com trabalhadores, pensando em saídas coletivas? Então, se não discutir, gente, o que vai acontecer? É muita pressão popular, é uma crise do transporte sem solução para ela, e a gente vai continuar nessa crise no ano que vem, voltando aqui, para debater sobre vários problemas do transporte coletivo, sem estar, de certa maneira, tomando uma atitude para mudar isso. Obrigado pelo espaço, vereadora, vereadores, secretários, colegas do conselho, sociedade que está participando, que a gente possa então marcar uma conversa com o Melo, se possível marcar uma conferência sobre transporte na cidade, que a gente possa pensar coletivamente saídas para essa crise do transporte público, possa manter as entidades representativas no Comtu, bem como ampliá-las. Muito obrigado.

PRESIENTE KAREN SANTOS (PSOL): Nós que agradecemos, Erick, representante da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA. Saúdo a presença da Ver.^a Fernanda Bart, vice-presidente da Comissão, do Ver. Marcelo Sgarbossa, do Ver. Jessé, que passou por aqui; então, temos uma comissão com quatro vereadores presentes; após, se os vereadores quiserem se inscrever para trazer suas colocações em torno do projeto, o vereador precede a fala. O Sr. Airton Maciel, representando a categoria dos rodoviários, está com a palavra.

SR. AIRTON MACIEL: Bom dia a todos e a todas, o pessoal, que está nos assistindo ali, após ter ficado para fazer uma avaliação em cima do que está sendo colocado aqui nesse projeto, a gente, como membro do Comtu, represento o sindicato, sou motorista, quero dizer para vocês que eu vivo o problema do dia a dia, eu! Vocês não têm ideia da situação que estamos passando; tiraram os cobradores – esse é um ponto chave. Para tu saíres do corredor, há linhas em que tu tens de sair do corredor. Aí tu ligas a seta para sair, e ninguém te dá uma brecha; tu tens que ir entrando com o ônibus, e eles buzinando, mas tu és obrigado a fazer. Quando tinha o cobrador, ele abria a janela, enfiava meio corpo para fora, pedindo para o pessoal segurar um pouquinho. Quanto ao fato da retirada dos cobradores, dobrou o serviço, e ninguém ficou preocupado com essa situação. Bom, o que acontece? Temos uma carga horária esdrúxula, temos uma carga horária que continua como quando havia cobrador – quando o passageiro subia, tu arrancavas o ônibus; agora não, o passageiro sobe, e tu leva um tempo. Tens uns que sobem no ônibus, para depois pegar o dinheiro; então, vamos botar aí uns três minutos por pessoa. E aí a tua carga horária já foi para o bebeléu, a tua carga horária está horrível! Fato esse, abrangendo, concordando com nosso presidente, Jaires, está sendo muito precipitada essa decisão de chegar e tirar. Vocês já pararam para pensar a representatividade que tem essas entidades que ele quer retirar do Conselho? Vamos botar aí, por cima, assim, 45 a 50% da população está no Orçamento Participativo, UAMPA, CUT, no sindicato, e vivemos o dia a dia. Eu queria fazer um convite aos Srs. Vereadores, tanto da Comissão, como os

demais, a entrar dentro do ônibus, dar uma passadinha dentro do ônibus, nem que suba numa parada e desça na outra, para viver a situação. A situação está difícil, digo isso para vocês; eu tenho 45 anos de motorista, entre municipal e urbano, estou fechando 15 anos, sou funcionário da Auto Viação Navegantes, lado do Humaitá. Então, pessoal, voltando ao assunto, convido os vereadores para darem uma voltinha no ônibus. Quanto à pressa do pessoal em tirar essas entidades de dentro do conselho, algum motivo há. Olhem a experiência que tem o Pedro, da UAMPA; o Lino, do orçamento participativo; o Paulo, da CUT; o Marcos, do Detran – só citando os que estão no presente momento aqui. Então fica difícil, pessoal, fica difícil. Concordo com o rapaz aqui, o Erick, nós temos que fazer um amplo debate antes de ser decidida essa mudança. Queria fazer uma pergunta, de repente, se o secretário puder me auxiliar: por que essa pressa de fazer essa mudança, sem ser discutida com a sociedade? Eu acho que esse é um ponto para ser pensado. A Karen é uma vereadora muito participativa, pela qual tenho uma baita admiração. Então eu acho que tem que ser estendida essa discussão. Eu não vou me alongar muito, já foi dito aqui, eu só estou corroborando. Pessoal, obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Airton, representante da categoria dos rodoviários. As inscrições estão abertas, já peguei inscrição da representação da Central Única de Trabalhadores. Só queria antes fazer uma colocação, enquanto presidenta desta comissão que chegou a participar de algumas reuniões de conselho na época do aumento da tarifa: nós levamos uma denúncia que eu acredito que até hoje ainda não esteja resolvida, e a gente tenta sempre assessorar os conselheiros no sentido de acessar um debate técnico, um debate difícil, mas que eu acho que é pressuposto para a gente entender a crise. E não é só uma questão de falta de diálogo e falta de debate, tem uma série hoje de ilegalidades e irregularidades que são cometidas por parte da Prefeitura municipal através da empresa pública de transporte que não fiscaliza o contrato de 2015. Acho que foi em 2020 que nós levamos para o conselho municipal a discussão de descumprimento de lei municipal que colocava, enquanto pressuposto da isenção do ISSQN, a constituição da conta pública,

que também está prevista em edital de licitação, para controlar os recursos oriundos da bilhetagem eletrônica. Isso é uma denúncia gravíssima, inclusive o Marchezan contratou uma auditoria, que foi inconclusiva, no valor de R\$ 300 mil para tentar minimamente auditar hoje os custos do transporte, aí não é o custo, o cálculo que é apresentado, mas o valor do *diesel*, o valor da rodagem de pneu, o valor da manutenção dos ônibus que são comprados e das vistorias que não são feitas, o que acaba saindo muito mais caro, desde a empresa pública Carris, que foi loteada, assim como para as empresas privadas, que acabam apresentando qualquer tipo de nota. Quando nós tivemos acesso à auditoria *fake* comprada pelo governo Marchezan, nós percebemos notas fiscais de lavanderia, de ônibus que nem rodavam na cidade de Porto Alegre, então foi muito grave todo aquele processo. Nós levamos isso para dentro da reunião do conselho e não conseguimos ter força para intervir dentro dessa perspectiva que para nós é nevrálgica. Houve um processo de licitação em 2015, aquele edital nunca foi cumprido. Os ônibus hoje estão quebrados porque eles estão rodando; além de a Câmara de Vereadores aumentar o tempo de rodagem dos ônibus – veio para cá o projeto que aumentava o tempo de rodagem dos ônibus –, hoje, no próprio site da EPTC, é possível ver que os ônibus estão rodando com tempo maior do que aquele que foi aprovado, então é óbvio que eles vão quebrar, é óbvio que eles vão pegar fogo, é óbvio que eles vão colocar a vida da população em risco. Nós protocolamos esta semana, secretário Adão, uma representação ao Ministério Público de Contas e também ao Ministério Público Estadual pedindo uma vistoria em todas as frotas que hoje circulam na cidade de Porto Alegre, porque a gente tem certeza de que não está tendo a vistoria de compromisso por parte das empresas, e todos os índices previstos também em edital de licitação, índice de atraso, índice de quebra, a garantia das linhas que foram licitadas – foram 111 linhas canceladas durante a pandemia que não retornaram –, a Câmara de Compensação Tarifária, que deveria ter sido extinta, e, quando foi extinta, não se criou uma conta pública, um fundo municipal de mobilidade urbana para alocar os recursos da publicidade, dos *busdoor* dos ônibus que circulam. Então tem várias, várias, várias questões ilegais, descumprimento de lei municipal, descumprimento de edital de licitação. O conselho precisa ter

autonomia para conseguir cumprir o seu papel de fiscalizar, não é simplesmente aumentar o valor da passagem, como tradicionalmente é conhecido o papel do conselho, nem isso agora a gente vai poder ter a possibilidade de intervir dentro dessa instância para evitar que, novamente, acima do valor da inflação, se aumente o custo da passagem. Ou então que a gente não consiga decidir quanto de subsídio a Prefeitura está alocando hoje para garantir que a passagem não suba. Eu acho que é importante o conselho, os vereadores de Porto Alegre terem não só conhecimento, sem precisarem ter que fazer um pedido de informação, recorrerem à Lei de Acesso à Informação, mas a gente tem que ter acesso a quanto de subsídio hoje a Prefeitura de Porto Alegre aloca nesse transporte, que é ruim, que é péssimo, que é podre, e é oferecido para a população. Quem é que fiscaliza os contratos? Quem é que fiscaliza o conselho? Quem é que consegue minimamente hoje encaminhar ações e representações ao Ministério Público de Contas para colocar em questão essas ilegalidades que estão sendo cometidas há mais de seis anos na cidade de Porto Alegre? Então são essas as questões que também norteiam esta reunião. Acho que é importante, sim, fazermos seminário, acho que é importante novamente socializarmos com os conselheiros as denúncias que o nosso mandato vem acumulando, porque a situação não mudou, pelo contrário, a gente tem cada vez mais elementos, indícios de fraude, indícios de direcionamento de licitação, indícios de cargos comissionados ocupando funções dentro da empresa pública da Carris, enquanto não deveriam estar ocupando essas funções, porque não têm formação para tais cargos. Mas é isso, quem é que fiscaliza? Quem é que vai fazer vistoria na Carris? Quem é que está no dia a dia utilizando o transporte e que pode nos assessorar e nos municiar de elementos para instigar os órgãos fiscalizadores que também estão apáticos? O Ministério Público estadual, o Ministério Público parece ter que esperar uma tragédia maior do que as que já vêm acontecendo na cidade, porque uma semana o ônibus perde de freio, na outra semana o Restinga pega fogo com passageiros dentro, que saem machucados. Quem é que indenizou essas pessoas? Houve indenização dessas pessoas? Na outra semana, ônibus da Carris também pega fogo; todo dia, problema de acessibilidade. Então, em Porto Alegre, a questão do transporte é

uma panela de pressão. Modificar o conselho nessa conjuntura para privilegiar ainda mais uma Prefeitura omissa em relação a todas essas ilegalidades e improbidades que vêm acontecendo e que são de conhecimento... Têm relatório parcial, gente, do Ministério Público de Contas em relação a todas essas denúncias colocando, indicando, orientando a Prefeitura a cumprir aquilo que está colocado no edital de licitação, e desde então nada disso foi feito. Nós representamos de novo esta semana, estou com reunião marcada com o procurador-geral Geraldo da Camino para minimamente a gente atualizar todas essas denúncias que a gente vem apontando, queremos sentar novamente com os conselheiros, porque é para além da existência do conselho. Como nós podemos ter um conselho atuante que consiga informar a população e, em última instância, mobilizar a população? A gente só teve processo de licitação em Porto Alegre em 2013 porque teve luta, porque teve ocupação da Câmara de Vereadores, porque teve um bloco de luta pelo transporte coletivo da cidade, porque teve uma mudança na opinião pública em relação à forma com que estava sendo gerido o transporte da cidade: sem transparência, sem gestão, sem participação, a população refém dos empresários. Novamente, nós estamos passando por isso, utilizaram a pandemia para acelerar esse processo, e cada vez mais reivindicam subsídio, subsídio. Eu sou completamente a favor de subsídio do governo federal – contem com a oposição nesse sentido –, mas subsídio para uma caixa-preta em que a gente não tem controle nenhum daquilo que é a rodado na cidade de Porto Alegre – porque quem controla o *software* é a ATP, a Associação dos Transportadores de Passageiros –, fica muito difícil a gente confiar em todos os dados que são apresentados para o conselho; fica muito difícil também analisar no tempo que é colocado para os conselheiros o cálculo que tenta justificar o aumento tarifário. Então, minha manifestação, enquanto vereadora, presidente da comissão, de um mandato que vem se debruçando e estudando a questão do transporte há alguns anos e vê bastante indícios de fraudes e de ilegalidade que precisam ser colocadas em destaque na discussão da crise do transporte coletivo. Vou para os inscritos, então. Com a palavra o Sr. Paulo Roberto, representante da CUT.

SR. PAULO ROBERTO ROCHA: Bom dia a todos e todas. Represento a CUT – Central Única dos Trabalhadores. Karen, a bilhetagem eletrônica é mencionada vira e mexe lá no Comtu. Aquela situação, pela última informação que a gente teve, foi feita uma nova auditoria, aquela que teve lá não valeu, aquela coisa toda, mas a toda hora é mencionada a bilhetagem eletrônica. O Comtu se reúne todas as quartas-feiras, nós não discutimos só a passagem ou o aumento, nós discutimos o camelódromo, a parada que está com problemas, coisas da cidade. Vou deixar uma reflexão: o prefeito Melo, no discurso dele, disse que conhece Porto Alegre. Não conhece, gente; não conhece Porto Alegre! Ele foi convidado duas ou três vezes para participar do Comtu e não apareceu. Outro detalhe: os rodoviários. Causa estranheza que a Carris agora está contratando motorista temporário. Cadê aquela fala que ia aproveitar os cobradores, dar curso para motorista? Agora está contratando motorista temporário? Então ele não conhece Porto Alegre, tenho certeza que não. E para resumir, já foi falado tudo aqui pelos colegas da UAMPA, UMESPA, rodoviários, Detran: é bom ter novas entidades, mas a gente acha estranho ter uma OAB, uma FIERGS dentro da mobilidade urbana. No que elas vão poder ajudar? Eu gostaria de saber. É bom, como disseram, ter novas entidades, mas não tirar aquelas entidades que estão no dia a dia junto com a população. É bom deixar para reflexão: o Melo não conhece Porto Alegre. Aquele discurso que ele teve, que está tendo ainda, e a gente convida o Prefeito para ir lá, ou até virtual agora, que o *home office* veio para ficar, para ele ver realmente o que é o Comtu, não é só chegar e deliberar, o Comtu é um conselho que está para a população, podem ter certeza. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O Ver. Pablo Melo, componente da nossa comissão, está com a palavra. Seja bem-vindo.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Obrigado, Presidente Karen. Peço escusas a todo grupo aqui, mas eu também estava em outro compromisso. Participo de todas as reuniões, mas hoje, infelizmente, cheguei mais tarde, então peço desculpas ao público e aos vereadores componentes. Quero parabenizar o

secretário Aires e o Secretário Adão, que estão à frente de uma pasta extremamente sensível, que é a questão da mobilidade urbana. Nós sabemos que é um problema na nossa cidade e não é um problema só da capital de todos os gaúchos, é um problema de todas as capitais a questão da mobilidade urbana. Inclusive eu acho que é importante a gente lembrar aqui, Ver.^a Fernanda Barth, que o presidente Bolsonaro foi o presidente que mandou recurso para a mobilidade urbana quando o prefeito Melo foi pedir ajuda. Nós inclusive, Ver.^a Karen, presidente, nós estamos aguardando o apoio de aporte financeiro para a mobilidade urbana do governo Lula. Tenho certeza que a bancada que aqui é oposição, mas é situação em nível federal pode contribuir muito para esse recurso chegar aqui na capital. Em segundo lugar, eu não vou entrar aqui nessa discussão de bolha política, porque, vamos falar a verdade, se o Melo, se o prefeito conhece ou não a cidade. Acabou de sair pesquisa agora, há uma hora, que o prefeito Melo lidera disparadamente as pesquisas aqui para reeleição. Não que ele seja candidato, mas então, na verdade, esse discurso de se o Melo conhece ou não a nossa cidade, pelo visto fica só dentro da bolha lulapetista, pois para a população de Porto Alegre há o reconhecimento de que a cidade tem problemas, existem problemas históricos que não é só desse governo, mas o prefeito Melo, ao invés de colocar a culpa em outros governos... Tem partido que inclusive ficou 16 anos no governo e não volta há 20 anos, então quer dizer que Porto Alegre também se lembra muito bem desses governos. Agora há um esforço, sim, e a vereadora Karen, eu admiro muito o seu mandato, vereadora, o seu esforço quanto a uma pauta extremamente difícil e é um problema real da nossa cidade. Eu tenho certeza de que com o trabalho de todos os vereadores e da Prefeitura a gente pode, sim, construir soluções. Por isso um bom dia a todos, um bom trabalho, e estamos à disposição.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Ver. Pablo Melo. Caso ninguém mais queira se inscrever, vamos passar às representações para pensar alguns encaminhamentos nesse sentido, daquilo que foi colocado aqui, porque é importante que o governo considere as questões que foram colocadas e se abra, a partir de então, uma mesa de diálogo ampla. Vocês já fizeram esse

movimento de tentar intervir na construção dessa lei, mas o que a gente consegue pensar em torno de emendas, secretário, acho que a gente tem que tentar caminhar nesse sentido, porque senão a comissão também perde um pouco seu foco. Acho que anunciar para a população que está tramitando um projeto que vai restringir ainda mais o papel do conselho, mas ao mesmo tempo é isso, o que a gente consegue intervir para melhorar essa proposta que foi trazida pelo governo.

SR. MATHEUS AYRES: Primeiro saudar a Ver.^a Fernanda, que não tinha saudado ainda, amiga; o Ver. Marcelo, amigo de longa data também. Fiquei muito feliz com teu retorno para a Câmara. Parabéns, tenha um bom mandato, tu sabes que a gente está junto. O Ver. Pablo também, amigo de longa data. Que bom que vocês estão conosco aqui! Quero saudar cada uma das falas. Obviamente não vou poder comentar cada uma delas, mas queria salvar a tua, Erik, que depois de um tempo retornou ao conselho, o senhor mesmo disse na sua fala, e retornou com muita qualidade, tem nos ajudado muitos nos debates, na discussão, então quero saudar muito a tua fala. Eu concordo em parte com ela, mas a parte que eu concordo, quero frisar aqui: é muito importante mesmo a gente fazer esse diálogo assim aberto, transparente, sobre as coisas boas e as coisas ruins. Apenas alguns apontamentos sobre tudo o que foi falado: a questão de que o transporte está ruim. É verdade, o secretário já disse, mas já foi bem pior, quando nós o pegamos, foi um trabalho coletivo envolvendo a Câmara de Vereadores, a Prefeitura, a EPTC, e aqui faço uma homenagem também aos servidores de carreira da EPTC, que na sua gigantesca maioria é o que faz o processo andar. Então aqui os fiscais de garagem, os fiscais de rua, a assessoria jurídica com o Dr. Renato, a Dra. Giovana, o Dr. Márcio que também nos ajuda na parte do cálculo tarifário, então são pessoas que tem uma história, como disse o Jaires, tem uma história, um comprometimento, não são vinculados a partidos políticos, não fazem parte de bolhas, mas fazem parte de uma história técnica da Prefeitura e que na verdade nos auxiliam e são protagonistas na construção das políticas públicas da mobilidade urbana. É óbvio que quando chega um novo governo, secretários novos como o secretário Adão e eu, é claro

que a gente traz algumas ideias diferentes, uma oxigenação. Não significa que tudo o que a gente diz vai ser feito, a gente está errado também, não tem problema algum, até porque o secretário Adão, desde que chegou, ele tem uma verdade que eu roubei dele também, se tornou minha verdade também: Se alguma coisa está errada, a culpa é minha; a culpa não é do outro, a culpa é minha. A culpa é nossa, mas a culpa é minha, e se a culpa é minha, eu preciso fazer alguma coisa para mudar. E a gente tem trabalhado diuturnamente, eu acho que nem precisava dizer, pois todos aqui sabem que gerir a mobilidade urbana de Porto Alegre é trabalhar 22 horas por dia, sobra ali duas horas para a família, para trocar uma fralda, e assim por diante, o resto é trabalho mesmo. Essa é a verdade, quem trabalha com mobilidade, os senhores são representantes e sabem disso, nós também, é um trabalho muito árduo mesmo, essa é a verdade: quem trabalha com mobilidade, os senhores representantes sabem disso, e nós também, é um trabalho muito árduo. Nós estamos melhorando aos poucos; acho que o secretário Adão vai dar alguns dados, eu o vi anotando aqui na folha. Mas, por exemplo, só com as medidas que nós tomamos de um ano para cá, nós já tivemos o incremento de mais de um milhão de passageiros do que nós tínhamos antes. Está ruim? Está ruim, mas se tem alguma coisa boa a gente tem que saudar também o que está bom, algumas coisas que estão melhorando. As reformas dos terminais não eram feitas há 20 anos, secretário Adão, há 20 anos! Nós entramos, já reformamos três, estamos reformando dois, agora ao mesmo tempo; nós, que eu digo, não é nós Secretaria, é nós sociedade, porque todos nós somos pagadores de impostos e queremos ver os impostos na vida real. Então é saudar também as coisas boas. Agora, nesse ano, em parceria com o Orçamento Participativo, que tem o seu setor de mobilidade urbana, do qual nós somos assíduos participantes, eles estão colocando praticamente todo seu recurso do OP, este ano, como já fizeram no ano passado, o OP organicamente colocou o seu recurso na mobilidade urbana e está fazendo de novo, e nós vamos entrar para reformar agora os terminais de bairro, os embarques e desembarques, que também são muito sensíveis, Restinga Velha, lá nós precisamos mexer; só para dar um

exemplo. Então, 20 linhas novas, mais de 3 mil viagens. Está ruim? Está ruim, é verdade. Mas nós estamos nos esforçando para melhorar.

E, Presidente, o senhor sabe, não é segredo para ninguém, nós temos uma amizade, mas aqui nós somos republicanos e estamos trabalhando. Eu quero lamentar muito, mas muito profundamente, quando o senhor, na sua fala, não toda ela, só vou lamentar um ponto, quando o senhor chamou, e eu respeito a sua opinião, não concordando com ela, de perfumaria, todos os outros temas, fora a tarifa. Eu, na minha opinião, não falo aqui pelo secretário Adão, nem pelo governo, é minha opinião, mas lamento profundamente, porque me esforcei muito para estar presente em grandes reuniões do Conselho e quando não estive presente, conversando com os conselheiros, inclusive com o senhor, fora da reunião do Conselho. E todos os outros temas que nós trabalhamos, excluindo a tarifa, todos os outros temas, eu não acho perfumaria, sinceramente e de coração, estou lhe dizendo de coração, de forma republicana, mas também de coração: não acho perfumaria. Acho que o Conselho foi protagonista em diversas intervenções que a Secretaria de Mobilidade Urbana levou à vida real das pessoas por influência dos senhores, por falas dos senhores. Não só de membros do Conselho, mas de membros também parceiros do Conselho. A reforma dos terminais, por exemplo, foi um sonho sonhado junto. Foi um sonho sonhado junto que por que foi sonhado junto, se tornou realidade. Eu lembro muito bem das dificuldades que nós tivemos, secretário Adão, em encontrar uma empresa que aceitasse fazer reforma, e fomos atrás e conseguimos. Então, esse ponto eu queria lamentar bastante, eu não vejo o Comtu ou o novo Commu no qual apoio integralmente a pauta, como perfumaria. Acho que todos os temas são importantes, ainda mais quando o Conselho, seja o Comtu, ou o novo Commu é escutado de forma empática e acolhedora como tem sido feito agora, e não só escutado, mas como está nas diretrizes do novo Commu, tem aceitado os aconselhamentos, os pareceres, as sugestões, que aí sim, na minha opinião, na nossa opinião, é a grande contribuição que um Conselho pode dar e levado a cabo. Então essas são as minhas considerações e agradecer, Ver.^a Karen, mais uma vez, a oportunidade de a gente estar conversando aqui, a gente já conversa desde o início do governo, ainda quando nós estávamos com o

secretário Záchia, e quero ratificar o que o Ver. Pablo disse, que é muito bom quando a gente consegue construir juntos soluções fora das nossas bolhas políticas, porque fazer parte da sua bolha política, partidário-ideológica, está tudo certo, não tem problema algum. Ontem à tarde, eu estava voltando para casa, tarde da noite, na verdade, eu e minha esposa no carro e aí ela me olhou e falou assim: e aí, quanto tempo hoje foi de política? Eu falei: infelizmente, foi um bom tempo dedicado à parte política. Ela disse: se as pessoas soubessem o quanto tempo nós perdemos de resolver a vida delas por causa de momentos que poderiam ser realizados no final de semana, à noite, no café, e não no trabalho ordinário do dia a dia, não é? E eu falei para minha esposa: é verdade. E fica aqui como registro, eu sei que não faz parte de uma fala técnica, mas fica o registro aqui: quanto mais tempo dedicarmos à vida real das pessoas, mais soluções vamos encontrar. Secretário Adão, passo a palavra ao senhor.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Obrigado, Matheus. Cumprimento a Ver.^a Fernanda, que se encontra, o Marcelo Sgarbossa. Eu vou tentar resumir tudo o que foi falado, mas depois reiterar e dizer que na nossa visão, e na fala de todos aqui, claro que o tema transporte é o mais relevante, a fala ficou muito no transporte, e nós queremos ampliar a discussão na mobilidade, transversalidade nesse assunto. Então fica claro que a proposta de mudança do Comtu para o Commu tem uma relevância para a gente, na verdade, discutir outros assuntos; não que o transporte não seja uma pauta recorrente. E aí a questão da recondução de dois anos, sendo reconduzido por mais uma vez, na tua fala, eu cito a própria questão do Executivo hoje, que é dois mandatos e não pode ser reconduzido na terceira vez, tem um limite legal. Essa renovação das pessoas também faz parte, dar oportunidade a outras pessoas chegarem, a oportunidade de outras pessoas ocuparem também os espaços para se manifestarem, isto é o grande viés do Conselho, renovação, há uma série de entidades que querem fazer parte também.

E na sequência das sucessões aqui, ela desenhou um transporte de terra arrasada, eu não concordo com isso, não posso concordar, pelo trabalho que fizemos no ano passado, o qual nós tiramos, evidentemente o transporte público

de Porto Alegre da UTI, e ele está no CTI, hoje, está precisando de oxigênio ainda, mas ele não está mais com perigo de morte, está em recuperação. E isso se reflete em vários aspectos: um milhão de passageiros a mais; uma frota de mais de 120 ônibus até o momento renovada; mais de 100 ônibus na frota operante; o ar-condicionado hoje na frota operante está chegando a 70% da frota operante, e este ano a gente quer ampliar mais; a tarifa de Porto Alegre hoje a R\$ 4,80 é a sétima tarifa das capitais, isso é importante.

A questão da segurança que foi citada aqui pelo Pedro, nós tivemos em 2022 o menor índice na história de ocorrências de assalto a ônibus, isso por uma força-tarefa que foi montada em 2016, e saiu de 743 em 2016, para 39 em 2022. Isso demonstra que andar de ônibus em Porto Alegre é muito seguro, talvez alguns locais de embarque possam ser inseguros, mas no ônibus isso não é mais uma realidade que a gente precisa se temer a tanto.

Na questão do transporte, porque ao longo dos anos e, evidentemente, que no ano passado nós conseguimos reverter o que a gente chama de ciclo vicioso, que é a queda de passageiros, que não ocorreu em Porto Alegre, muito pelo contrário, ganhamos um milhão de passageiro, isso se dá pelo trabalho, evidentemente que fizemos, pelo Projeto Mais Transporte. Mas também, a queda de passageiro até então, ela tem elementos, a pandemia ajudou, mas outros elementos ajudaram, como no caso, o aplicativo. Eu tenho que aqui manifestar que se nós tivéssemos as mesmas regras que são aplicadas para o aplicativo ao transporte público, a passagem de Porto Alegre seria 50% menos, porque não paga ISS, não paga impostos, não paga seguridade, não paga encargos sociais, não paga nada! Então é uma exploração, uma mão de obra que está ali, às vezes, por não opção, mas é uma exploração. Então temos que ler uma empresa multinacional que está aí explorando mão de obra barata, que eu tenho que relatar que isso é realmente gravíssimo e que acaba, evidentemente, na hora que o usuário paga a sua corrida lá, ele não reflete os custos reais do que ele está usando. Isso é importante relatar.

Bom, na questão a retirada dos cobradores, hoje nós temos 25% do pagamento em dinheiro, e estamos num trabalho de reduzir isso. Queremos evidentemente a redução dos cobradores, ela se dá forma gradativa, 25% a cada ano, foi 25 no

ano passado, esse ano a gente vai chegar em 25 e assim sucessivamente. Paralelo a isso, a gente vem melhorando, evidentemente, a chegada do cartão, novas formas de pagamento, estamos já para entrar com o Pix e outras coisas que a gente está idealizando. Hoje o que representa 25% do pagamento é dinheiro, então não é todo o pagamento que é feito dessa forma que, na verdade, prejudica um pouco. Na questão da vistoria dos veículos, que a Karen falou, todos os veículos são muito bem vistoriados. E aqui cabe lembrar que alguns casos de acidentes, recentemente publicados – eu falo aqui porque já tive acesso a algumas informações –, havia excesso de velocidade por parte do condutor do veículo que ocasionou alguns acidentes, estava acima da velocidade da via naquele momento do acidente. Então isso também tem que ser importante de relatar. Os veículos passam por vistoria, são técnicos e engenheiros mecânicos da EPTC que vistoriam os veículos diariamente. Então não há um sucateamento da frota, há problemas pontuais que podem ser, evidentemente, corrigidos e imediatamente a gente está fazendo isso. Então o processo vem acontecendo e vai melhorar bastante o transporte público este ano também. O nosso cenário já demonstra isso. A Carris está enfrentando alguns problemas, não é um problema que o governo criou, é um problema cultural e tradicional dela. Ao longo da sua história a Carris sempre exigiu do governo um aporte financeiro na ordem de R\$ 70 milhões, acima da sua receita de serviço e que evidentemente não dá para suportar desta forma. Precisamos ter mais eficiência ao trabalho que é realizado. Por isso também a decisão do governo da privatização da Carris. Então era essa a minha consideração. Vereador, agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, secretário Adão. Eu queria fazer duas solicitações, foi colocado pelo representante da Central Única dos Trabalhadores que a gente teve mais uma auditoria contratada pelo Município, e se essa auditoria foi conclusiva eu gostaria de ter acesso, enquanto Comissão.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Me permite, Vereadora, sobre a bilhetagem que a senhora falou, eu esqueci de comentar. A gente está já com serviço técnico

com FGV, um contrato assinado e existe uma ação civil pública, no Município, instaurada já, a qual obriga o Município a ter o controle da gestão da bilhetagem. A lei foi em 2006, ela tinha um prazo que venceu em 2018, então o Ministério Público entrou com uma ação civil pública, acredito que foi em 2019, e, desde lá, o Município evidentemente trabalha para gestar essa bilhetagem. Agora recentemente a gente já está bem avançado, temos um estudo técnico, estamos trabalhando num estudo técnico que vai, evidentemente, ensejar um edital licitatório para licitar a britagem que vai passar toda ela para o Município de forma ampla e restrita. Então isso está acontecendo, isso vai acontecer, não posso precisar o tempo, depende dos estudos, mas é um processo que está em andamento. Inclusive nós tivemos reunião, na semana passada, com o promotor de Justiça, relatamos todo o processo, entregamos um cronograma para ele a respeito deste andamento, desse processo, da gestão da bilhetagem, que está num processo de acontecer, mais cedo ou mais tarde vai acontecer, conforme está na legislação e até devido a toda essa ação civil pública que está movida contra o Município. O processo está acontecendo.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito. Consigo ter acesso a esse cronograma que foi apresentado para a Justiça para a gente conseguir acompanhar, fiscalizar? Porque, como tu colocaste, desde 2016 a gente tem que provocar a Justiça para que houvesse o cumprimento daquilo está na licitação. E outra questão que eu queria também ver se eu posso ter acesso, vou protocolar um pedido de informação sobre quanto de recurso mensal está sendo alocado para subsidiar a tarifa.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: O ano passado nós ainda temos algumas pequenas revisões, mas deve fechar em R\$ 98 milhões. Esse valor é no sistema inteiro, então parte do subsídio vai para a Carris e parte do subsídio vai para as empresas privadas. O total vai dar R\$ 98 milhões. Este ano a nossa previsão é de R\$ 104 milhões, mesmo com a renovação da frota, mesmo com o aumento de cem veículos a mais na frota operante que, evidentemente, vai chegar a ampliação. A gente ampliou quatro mil viagens ao longo desse trabalho, já são

26 linhas a mais. É evidente que mudou muito o comportamento do usuário, então não dá pra gente dizer que tem que retornar todas as linhas que tinham naquela época, porque muitas linhas hoje não teriam passageiro, não teria a demanda suficiente. Então o estudo que a gente está fazendo também leva em conta isso, trazer eficiência o sistema até para não ter um subsídio maior do que o necessário. Então a nossa previsão deste ano é de R\$ 104 milhões, no passado eram R\$ 100 milhões e ficou em R\$ 98 milhões, até porque a gente paga por quilômetro rodado, e, evidentemente, se não rodar, não paga. Então, se tem algum caso de não cumprimento, além da multa que é aplicada, ele ainda não recebe o valor da remuneração do quilômetro. Então isso facilita na hora do controle e redução de custos também dos cofres públicos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, secretário Adão. Só uma dúvida: foi contratada uma nova auditoria?

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Não. Auditoria contábil da bilhetagem?

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Isso.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Não, nós temos aquela que foi contratada no governo Marchezan, aquela ainda é a nossa última verificação contábil da bilhetagem. É essa aí que nós temos até hoje, não foi contratado outra ainda, até porque a gente, na verdade, está priorizando esse trabalho da FGV que vai nos levar a ter todo sistema de bilhetagem novo, licitado e concedido por um ente, um banco ou talvez até mesmo gestado pela própria EPTC. Aí a gente vai analisar ao longo desse estudo. FGV, Fundação Getúlio Vargas, exatamente.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Eu só queria deixar um registro aqui que eu não posso deixar passar em branco da sua fala sobre a questão do Uber. O Uber foi a tábua de salvação de milhares de brasileiros que não tiveram como trabalhar e como sobreviver, durante todo o período da pandemia, porque não tinham de onde tirar recursos e não tinham como levar comida para dentro

de casa. Então, qualquer fala que diga que os trabalhadores do Uber são explorados, eu não tenho como ouvir sem rechaçar, porque ninguém é obrigado a trabalhar para a Uber. As pessoas que procuram o aplicativo são pessoas que estão precisando, muitas vezes, de um apoio financeiro, de uma segunda fonte de renda, para ajudar a pagar seus estudos, como um completo. Ninguém procura a Uber... Aliás podem ser muitos poucos os casos de pessoas que procuram o Uber para trabalhar das 8h da manhã às 18h ou vice-versa, no período da noite. Eu tenho uma pesquisa feita sobre isso, falei sobre isso na tribuna duas semanas, mais de 11 milhões de pessoas no Brasil usam esses aplicativos, como o 99, o iFood e o Uber como segunda fonte de renda, complemento de renda, mulheres e homens. Então a gente não pode misturar os assuntos. Eu gostaria de deixar isso registrado nas notas taquigráficas. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Bom dia a todos e todas, tenho dois registros a fazer. Primeiro que, nos estudos que mostram o nível de estresse, a profissão de motorista de ônibus é a mais estressante de todas, mais do que os policiais e as pessoas da área da Segurança pública estão sempre com a vida por um fio, digamos assim, só o fato de andar fardado já pode ser um problema, no sentido de que pode ser abordado, enfim. Então aumentar, como o senhor disse, dobrar o trabalho e manter uma pessoa só é realmente muito questionável. Num país, esse exemplo o senhor deu que o cobrador ia para janela... Porque no Brasil tem isso. Começaria aí, secretário, uma campanha para dizer que, quando não só o ônibus, mas quando tu colocas o pisca, tu podes ir. Aqui no Brasil, quando se coloca o pisca, a pessoa acelera para entrar. É uma cultura, como ultrapassar pela faixa equivocada. Então, até isso repercute na questão do estresse que vocês estão sofrendo. Eu falo isso e um outro registro, eu acho que o projeto parte de um equívoco conceitual, um equívoco conceitual que diz que existe governo e sociedade. Só que os interesses são diferentes:

governo tenta administrar a sociedade, a sociedade tem usuários e tem os prestadores de serviço, vamos chamar assim, como são os conselhos de saúde, os conselhos são tripartites, porque o interesse do empresário, sem nenhum julgamento, é o lucro, não são entidades beneficentes, visam ao lucro. No sistema capitalista, eles visam ao lucro. Podem até ter um sentimento, lá no fundo, humanitário, de querer transportar bem as pessoas, mas só faz aquela atividade para fins de lucro. O usuário quer um bom serviço, e o governo é o gestor dessa complexidade da sociedade. Então eu queria fazer uma sugestão: a gente sabe que o governo é maioria na Câmara, comanda a Câmara, comanda a votação, que traga esse conceito que já é desenvolvido na área da saúde há muitos anos, a ideia de um conselho tripartite, em que os usuários sejam o mesmo quantitativo de que o governo e de que os empresários. Estou dizendo isso só conceitualmente, nem estou colocando aqui quantidade de entidades nem nada. Por exemplo, eu vi que o Ver. Ramiro fez uma emenda colocando uma pessoa do Orçamento Participativo. É complexo. Aqui tem, por exemplo, um representante da mobilidade urbana ativa. Pergunto para vocês quem será essa pessoa. É um Deus! Quer dizer que todo o mundo que anda de skate, a pé e tal vai ter um representante. Como é que vai ser escolhido esse representante? Quem é o representante dos pedestres de Porto Alegre? Não tem sequer um movimento, aliás, tentei já incentivar pessoas a criar um movimento de pedestres. Dos ciclistas, quem é? Massa Crítica nem tem mais, e nem é... Entendem? É impossível. Como é que vai ser escolhido isso? Vai ser feita uma votação na cidade, para ver quem é o representante de quem caminha em Porto Alegre? Eu não sei, são critérios totalmente subjetivos, mas total! Eu deixo essas questões para dizer que há complexidade mesmo, porque é um conselho que realmente tem que opinar não só na tarifa, mas nesse conceito, nesse modelo de cidade mais humanizada. Eu, Ver. Pablo Melo, não entendi muito a sua fala aqui, o senhor falar de pesquisa eleitoral, quem são os outros candidatos, para fazer comparações. Está bem, o debate é livre, mas eu dizia para o então ex-vice-prefeito Sebastião Melo, lá no Conversas Cruzadas, coordenado pelo Lasier Martins, quando existia ainda, antes de ele ser senador, que eram um equívoco as obras da Copa, porque eram obras que rodoviarizavam a cidade. E está aí, a

cidade está mais rodoviarizada, mais insegura, e as pessoas estão em pleno congestionamento. Agora, depois da pandemia, esses dias, eu fui passar pelo x ali da rodoviária, deu vontade de fazer um vídeo ali dizendo assim: Melo, e aí? Você dizia lá no Conversas Cruzadas: “O dinheiro está barato, nós temos que aproveitar os financiamentos da Copa”. Bota o Melo ali no x da rodoviária, para ver se funcionou, por quê?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Todos: o binário da Borges, as trincheiras, as obras de arte, como se diz na arquitetura, obras de arte rodoviarizando a cidade. É um conceito equivocando de mobilidade urbana, atrasadíssimo, e que custa para a população o que custa. E a cidade, agora que voltou na sua força total, no modelo carrocêntrico, que eu, mais uma vez, secretário Adão, vou lhe dizer: colocar como meta desta gestão 100 km de ciclovias, nós já tivemos esse debate lá na TV, eu nem sei o que lhe dizer. Passados 10, 12 anos do Plano Diretor Ciclovitário, que prevê 500 km, eu não quero abrir vários debates aqui, só estou dizendo que mobilidade urbana é um conceito de cidade, e o conceito de cidade desta gestão e das dos últimos 20 anos, Ver. Pablo Melo, o PT ficou 16, a Frente Popular, vocês estão fechando 20, que começou com prefeito Fogaça. Eu acho que está na hora de o conselho ajudar nessa discussão de conceito de cidade, que, obviamente, envolve... Eu estive na EPTC alguns dias atrás, porque a EPTC, em princípio, como disse o Erick, até os empresários perdem com essa não concordância entre eles, aquele vídeo da ... Me fugiu o nome daquela entidade de transporte do Estado que agora foi extinta, que tratava da Região Metropolitana... Metroplan! Tem um vídeo fantástico, um vídeo que mostra a sobreposição das linhas. Seria possível eliminar 800 linhas que vêm da Região Metropolitana. Eu estou largando um monte de coisa aqui, eu sei, de forma até irresponsável, porque o debate é só sobre o conselho, mas para dizer que o Comtu tem, deveria ter um debate real. Aí, Ver. Pablo Melo, as questões eleitorais deixamos para o ano que vem,

durante a campanha, quando tiver os outros candidatos, não precisa antecipar o debate aqui, está bom? Obrigado.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): O senhor permite um aparte?

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Claro, com certeza. Já terminei, pode...

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Em primeiro lugar, para nós, o que vale só é o trabalho. Pesquisa que saiu agora, pode sair outra amanhã, outra depois de amanhã, é retrato de momento, isso para nós é indiferente. Na verdade, eu estou corroborando a sua fala, aqui o debate tem que ser profícuo, ele tem que ser positivo, propositivo, e não ser absolutamente contra tudo e a favor de nada. “Ah, porque o governo é isso...” O governo tem problemas, tem problemas históricos na cidade, e eu só dei o exemplo da pesquisa, porque aqueles que são contra tudo, pelo visto, a pesquisa está provando que estão falando apenas para a sua bolha. A população de Porto Alegre tem reconhecido, sabe que tem problemas, mas tem reconhecido o esforço do governo em produzir soluções para a cidade. Foi nesse sentido que eu coloquei a pesquisa. Pesquisa, como eu disse, é retrato de momento, amanhã muda tudo, mas vamos em frente, vamos fazer um debate produtivo. É isso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Acabou o período eleitoral então. Queria passar a fala para o Jaires, que vai encerrar a nossa reunião de comissão, também trazendo o seu contraponto em relação àquilo que o governo colocou. Desde já, secretário Adão, queria ver se é possível nós postergarmos a votação desse projeto, enquanto a gente não saísse desse impasse. A gente tem duas propostas, uma emenda, que não dão conta da discussão que foi feita aqui. Tem possibilidade de a gente contar com o governo para ampliar esse canal de diálogo, e a gente não votar esse projeto sem ter, minimamente, uma coesão em relação ao que a gente pode avançar? O Sgarbossa trouxe uma

proposta interessante aqui, um conselho tripartite, como já acontece em outros. Trago essa questão para o senhor refletir.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Desculpe, mas, na saúde, tem tripartite com trabalhadores da Saúde também, agora me foge aqui... Mas são usuários, trabalhadores da saúde, e governo e serviços. Desculpa, me faltam aqui elementos para... Mas, enfim, é superelaborado, e o nosso SUS é muito avançado nessa parte da participação popular. Acho que valeria a pena se espelhar em experiências mais consolidadas.

SR. JAIRES MACIEL: Sou o Jaires, presidente do Conselho Municipal de Transportes Urbanos de Porto Alegre. Quero saudar o Ver. Pablo Melo, a Ver.^a Fernanda e o Sgarbossa, eu não estava aqui no primeiro momento, então fica registrada a minha saudação em nome do conselho. Esse menino, quem vê ele falando, tem futuro, ele fala igual ao pai dele, é uma maravilha de pessoa. O Melo é um excelente tribuno, tem que se reconhecer nele, eu o conheço de longa data, desde a OAB e tal, e é um excelente tribuno, eu gosto de ouvir ele falar realmente. Às vezes, não concordo com todas as ideias dele, mas gosto de ouvir o Pablo. Ver. Sgarbossa, a nossa relação hoje de representantes do Comtu, a que está vigente hoje, ela, mais ou menos, representa essa tripartição, porque, em 21 cadeiras, embora só 20 estejam ativas, mas, em 21 cadeiras, 7 são do governo, 4 delas são dos operadores de cada modal da cidade, os operadores estão ali representados; 4 ou 5 delas são da população, como o OP, a UAMPA, a Fetapergs, a UMESPA, e alguns órgãos técnicos que são altamente colaborativos, como o CREA, como o Detran, como a Brigada Militar na questão da segurança, que foi levantada aqui. Então, a representação hoje do conselho, ela, mais ou menos, contempla essa sua ideia e esse seu conceito. O que realmente me impressiona, num primeiro momento, é a exclusão principalmente dessas que representam a sociedade civil. Eu estou lá por conta de uma categoria que eu represento, que é a categoria dos escolares. Mas, se eu for excluído do conselho, não vai prejudicar muito a discussão do transporte público como um todo, mas essas entidades aí – eu quero fazer coro com Erick, com

outros que me antecederam – quem tem essa experiência, essa expertise na utilização é quem mais tem a colaborar, sim. Então me preocupa essa exclusão. E aí, já encaminhando, Karen, eu acho que nessa colocação com o secretário, seria uma questão de uma emenda, quem sabe, fazendo somente essas readequações, naquilo que for possível readequar. Eu acho que é importante o encaminhamento.

E, por último, quero dizer ao secretário Matheus que eu acolho, recolho e me penitencio pela tua crítica, tendo em vista que eu usei realmente uma palavra inapropriada. Quando usei a palavra perfumaria, obviamente, foi no contraponto com a questão crucial do transporte até porque eu estaria sendo incoerente, tendo em vista que, das 40 reuniões anuais que nós realizamos, 90% delas tratam então dessas perfumarias. Eu recolho e te peço desculpas, e não sei se pode excluir dos Anais, mas eu acho que não precisa excluir não, só registrar o meu pedido de desculpa e o meu reconhecimento pelo uso inapropriado da palavra. Com isso, eu concluo, vereadora.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Agradeço, então, ao Jaires, pela intervenção. Foram colocadas algumas questões aqui: primeiro, da composição; a possibilidade ou não da recondução – que eu acho é um debate que tem que se aprofundar. Acho importante que tu colocaste da renovação, eu gosto de ver conselheiros novos, representantes da UEE, da UMESPA, eu acho que oxigena aquele espaço, e muitas vezes tem um conselheiro lá que não está cumprindo o papel de consultar e trabalhar a sua base, levar as discussões e mobilizar. Então também acho que é importante essa oxigenação.

Sobre o debate da tarifa, acho muito ruim não passar mais essa discussão e essa decisão, que é uma opinião que obviamente vai ser chancelada pelo governo em formato de decreto, mas eu acho muito ruim a atribuição do conselho de analisar o cálculo da tarifa, de ter o papel de fiscalização e também de decisão. É uma decisão que depois é chancelada ou não pelo governo, mas essa atribuição é central, é o que caracteriza hoje o conselho para a cidade de Porto Alegre. E é minimamente um espaço em que a gente consegue conversar minimamente com os demais segmentos da sociedade em relação a todas essas

irregularidades que a gente vem apontando. Eu acho que o conselho é um espaço importante para isso; os representantes são inclusive constrangidos, às vezes, a terem que votar sem ter parecer, sem ter conhecimento, e isso me diz muito sobre os limites do conselho até então. Acho que retroceder não vai garantir um debate mais amplo e mais democrático.

O debate da fiscalização, o debate sobre a tarifa e a composição, eu acho que foram essas as questões que foram trazidas de relevantes dentro do projeto em que a gente precisaria pensar num tipo de mediação, secretário.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Eu vejo que o tema não foi colocado como urgente, tramitou dentro do ritmo normal. Está na apreciação agora da Câmara de Vereadores, e eu acho que cabe, não está no pedido de urgência. E eu acho que cabe, evidentemente, os parlamentares fazerem também essas discussões internas e verificarem qual são as possibilidades de encaminhamento ou até emendas nós sempre estamos abertos ao processo democrático, e esse processo tem que ser dar aqui dentro da Câmara de Vereadores com certeza.

SR. MATHEUS AYRES: Então, só retificando, é o que o secretário disse, e a senhora mesmo, quando agora ela elencou os pontos, disse um outro que não concorda com a própria consideração do lado dos conselheiros. Eu também não concordo não, precisava de mais debate. A Casa aqui é o lugar dos debates, o projeto não está priorizado em forma de urgência então ele não está trancando a pauta, ele está passando pela Casa; os vereadores já fizeram seus pareceres nas diferentes comissões. Pelo que eu vi, inclusive eu acho que 100% foi aprovado nas comissões, teve uma outra restrição, mas sem parecer do vereador, então, passa pela maioria. O debate está posto, nós temos aqui a Fernanda Barth, o Ver. Pablo que representam e muito bem a base do nosso governo – para não citar os outros que não estão aqui agora, o Moisés, o Jessé, são os membros do conselho e fazem parte da base. Eles falam pelo governo, estão aqui representando o governo na Câmara e poderão auxiliar, se acharem necessário, em alguma reformulação no projeto, assim como os vereadores de oposição e independentes também podem propor.

De nossa parte, o projeto está redondo, está entregue e aberto à discussão pelos vereadores, representantes legítimos dos diferentes olhares da cidade. Mas nós estamos à disposição se quiserem entregar algum parecer, alguma ideia, via vereadores da base – que são agora quem representa o governo dentro da Casa – a gente está à disposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Posso aproveitar, desculpa a Karen, eu sei que é terrível quando a gente coordena e as pessoas ficam se metendo.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O vereador precede, mas tem mais um encaminhamento do representante da UMESPA.
O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Secretário Matheus, aproveitando o seguinte, eu li aqui a exposição de motivos do projeto e não encontrei o motivo da exclusão da UAMPA, da CUT, do Sindirodoviários – o OP depois o Ramiro corrige, mas, enfim, não está no projeto –, Brigada Militar, Detran. Então, se vocês vão fazer uma alteração na lei, a exposição de motivos deve dizer os motivos pelos quais vocês estão excluindo essas entidades. Então, se vocês puderem registrar aqui, a gente pode pegar depois com a Taquigrafia e fazer esse debate no plenário. Inclusive eu acho até ofensivo para entidades, se elas foram consultadas, elas não participam. Eu acho que vocês vão comprar agora uma análise política, uma briga grande com entidades, é muito ruim para o governo Melo. Pensando, Pablo, no ano que vem, se vai afetar as pesquisas. Então, no mínimo, a exposição de motivos tem que dizer o porquê da exclusão, senão, é difícil debater sem os motivos das alterações. Se vocês têm já os motivos e podem registrar aqui, seria bom; se não tem, o próprio líder do governo pode falar. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Nós estamos encerrando nossa reunião de comissão, vou passar para fala do representante da UMESPA.

O Sr. Erick Dênil Machado Pimentel está com a palavra.

SR. ERICK DÊNIL MACHADO PIMENTEL: Bom dia novamente aos que não estavam presentes. Eu me chamo Erick Dênil, estou representando aqui a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre. Bom, o projeto vem do governo não é? Ele não vem da Câmara, então, é do Executivo.

No nosso entendimento, não existe aqui grandes discordâncias no sentido de acrescentar entidades, eu acho que todo mundo falou e todo mundo concordou que se deveria ampliar inclusive a participação de mais entidades no conselho. Eu não vi nem a base do governo Melo falar sobre não ampliar a participação, eu vi todo mundo concordando com isso. Eu acho que nós poderíamos facilitar esse trajeto e esse caminho, se nós mantivéssemos as que já estavam, e acrescentássemos aquelas que foram sugestão do próprio governo. Não tem uma discordância aqui ferrenha que impeça essa proposição nossa. Por exemplo, qual é a grande crítica hoje? É a exclusão das entidades já existentes. Acho que a única questão aqui é isso. Mas, mantendo essas entidades já existentes, que já participam historicamente do conselho – inclusive passou por vários governos de diferentes pautas ideológicas – nós acreditamos que mantendo essas entidades, que é o caso que foi citado pelo Ver. Sgarbossa, e acrescentando essas propostas pelo governo, nós temos concordância. Ou seja, essa divergência é uma divergência mínima que pode dar uma tremenda dor de cabeça inclusive, sem precisar. Não vou ser eu quem vai definir ou não o aumento das tarifas e excluir essas entidades. Mantendo-as, garante a participação mais ampliada de o conselho para discutir melhor, elaborar melhor suas ideias. E, acrescentando aquelas entidades proposta pelo governo, eu acho que nós que somos do Comtu, não temos divergência sobre acrescentar mais entidades. A grande questão aqui, Pablo Melo, Ver.^a Fernanda Barth, secretários, a gente acredita que, se mantivermos essas entidades – inclusive nós temos concordância em acrescentar mais entidades –, nós não precisamos, por esse tema, por exemplo, criar um grande cavalo de guerra. Acho que não tem o porquê. Acho que todo mundo concorda em manter o que já existe e acrescentar o que o governo está propondo. Não vai interferir no aumento da

tarifa, inclusive, em números concretos, dentro do conselho; isso não atinge, porque vão acrescentar entidades já do Executivo, não interferir então nesse debate da votação do aumento da tarifa no conselho, não vai criar grande prejuízo para o governo. A gente só quer inclusive, nesta pauta, concordar para não excluir nenhuma entidade representativa. Não tem pauta ideológica embutida nisso. A questão é pensar a cidade. Então eu acho que é um debate bem tranquilo, bem franco, entre as identidades e a própria base do governo. Nós discordamos em inúmeras coisas inclusive, mas, nesta pauta aqui, eu acho que o governo não consegue dar o embasamento de justificativas que retire essas entidades. Bom, como é que eu vou tirar a associação dos moradores de Porto Alegre? Como é que eu vou tirar a Central Única dos Trabalhadores? Eu as mantenho, no meu ponto de vista, e a gente dialoga sobre acrescentar mais, que inclusive eu acho que os demais vereadores e os demais representantes dos conselhos não vão se opor à ideia de não acrescentar. Acho que nós concordamos também nisso. Então, só para deixar bem claro que a gente pode facilitar o trâmite desse projeto aqui. Podemos facilitar o trâmite dele, mas mantendo as entidades que já estão no conselho. Enfim.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada ao representante da identidade dos secundaristas do município. A gente tem alguns impasses aqui. Eu acho que não é só composição, não estou aqui para brigar por cargo de representação dentro de conselho, mas tem uma discussão central que envolve toda a população de Porto Alegre, que é a questão do cálculo tarifário, que hoje é uma atribuição do conselho, e isso vai ficar a cargo do Executivo que depois vai informar o Legislativo e o conselho. Então, assim, o que que é central e o que que está disposto a ser negociado? Eu acho que isso é algo que é inegociável dentro desse projeto, porque coloca ainda mais na mão do Executivo, porque nós temos que acionar a Justiça para fazer com que o Executivo faça valer as leis. Então nós estamos nesse pé aqui na Câmara de Vereadores. Não dá para ainda mais dar prerrogativas para o Executivo que hoje não está cumprindo nem aquilo que é a lei municipal, e há muitas gestões, não começou com a gestão do governo Melo, mas é sobre isso, não dá para centralizar ainda mais poder,

informação na mão daqueles que não estão muito dispostos a oferecer isso para a população, a não ser pelo processo burocrático do pedido de informações, quando respondem. Então, para mim, são essas as questões; acho que a gente não consegue chegar aqui num acordo; vocês colocaram que o projeto está redondo, vai tramitar da forma como está colocado, não com regime de urgência. Eu acho que cabe agora às entidades do movimento estudantil e dos trabalhadores constituir os fóruns e os espaços de debate, de denúncia disso que está colocado, e vir aqui também constituir a força necessária nesta Câmara de Vereadores. Eu acho que são movimentos paralelos...

SR. ERICK DÊNIL MACHADO PIMENTEL: Me desculpa, vereadora, me fugiu a parte também do cálculo da tarifa. Obviamente que nós também achamos interessante manter no Comtu esse debate.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Exato, isso é central, gente, senão não tem nem porque ter conselho. Então queria encaminhar nesse sentido, a gente não chega num impasse, mas tem esse compromisso do governo de que o projeto não está em regime de urgência, de que, sim, vai receber todas as proposições que vão ser elaboradas pelo movimento dos trabalhadores, dos estudantes e pelo representante do conselho atual, e dentro disso a gente aí vai para o plenário, Ver. Pablo, com esse compromisso também de olhar essas emendas que vão ser elaboradas e tentar, de uma forma coesa, pensar o melhor para a cidade de Porto Alegre e tentar votar esse projeto por unanimidade; equalizar, eu acredito nisso.

SR. ADÃO DE CASTRO JÚNIOR: Karen, assim, sobre essa questão do cálculo tarifário, deixar bem claro que mesmo hoje, na atual lei, não é função do conselho fazer cálculo tarifário. Não é. Então ele só, na verdade, recebe uma apreciação. Então tudo isso está contemplado na atual. Não foi retirado esse direito de o conselho ter a sua opinião, de ter a sua manifestação. Está ali contemplado da forma como está hoje. Na forma prática, o conselho, quando tem o reajuste da tarifa, que não está acontecendo – evidentemente por uma política pública de

incentivo ao transporte público, feito pelo governo municipal –, ele recebe toda uma apreciação, um estudo, uma apresentação feita, e evidentemente ele manifesta ali apenas uma concordância. Então ele não faz, ele não se debruça nisso, não é a função do conselho. Nós não vemos o conselho como um ente capaz de fazer isso, e acreditamos que não seja essa a sua função. É lógico que ele precisa estar ciente, precisa estar ali com a sua representação, precisa estar vigilante quanto a isso, isso é importante, ter a transparência das informações, receber os documentos, ter a possibilidade até mesmo de avançar, até mesmo de fazer uma contratação, mas todas as documentações que são feitas, em relação os cálculos tarifários, mesmo no modelo atual, que a gente está fazendo, a gente encaminha para o Ministério Público, encaminha para o Tribunal de Contas, que também fazem toda a apreciação quanto a esse trabalho. Então existem também os órgãos de controle que são, evidentemente, os órgãos afins para esse trabalho, e nós entendemos que o conselho cumpre o seu papel no momento em que ele evidentemente faz os seus pareceres e opina por questões mais pontuais: “Bom, está sendo feito um estudo, na verdade, dos coeficientes de consumo; bom, queremos ver esse estudo aqui do coeficiente de consumo de diesel, de pneus...” Isso é o papel exatamente do conselho, de verificar se nosso trabalho está sendo bem realizado, mas o cálculo em si realmente não há como atribuir ao conselho, porque ele não teria evidentemente condições técnicas de realizar. Entendemos dessa forma. Claro, representativo né: “Mas, ah, vocês têm, por exemplo, o controle do passageiro, vocês têm o controle da quilometragem... Vocês fazem uma fiscalização rigorosa na questão da manutenção?” Sim, esse é o papel realmente do conselho, e nós entendemos que isso sim é a função, e está bem aqui previsto, na questão aqui da lei atual. “Vocês estão por fazer uma revisão do consumo de combustível?” Tudo Isso evidentemente é função e está previsto aqui, além disso também toda a apreciação dos cálculos ser encaminhada para o conselho. Está aqui contemplado. Nós entendemos que isso não foi retirado do PL, esse direito do conselho, foi até ampliado né.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A gente já estourou o nosso teto desta reunião; a reunião das comissões normalmente vai até meio-dia, já são 12h26min. O representante da categoria dos rodoviários pediu uma última intervenção, vou conceder, e depois eu encerro esta reunião, e a gente pensa nos encaminhamentos enquanto movimento social em paralelo.

SR. AIRTON MACIEL: Só para ajudar o secretário Adão, porque, na realidade, o conselho não calcula nada; tem um conselheiro, representante do governo que faz o cálculo tarifário. Nós só analisamos, na reunião do conselho, quando ele apresenta o futuro aumento de tarifa ou não, e aí a gente discute. Agora, quanto ao o que o pessoal está falando, que o Comtu é que bota o aumento da tarifa, não, está faltando com a verdade, porque o aumento da tarifa já vem do governo entendeu. A gente só discute; se concorda ou não, vai à votação, e quem vence a votação, a maioria, é decidido. É só para ajudar.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Há divergências em relação ao papel do conselho. Acho que tem muito debate ainda que a gente tem que avançar, porque é isso, aí o governo traz o cálculo, o conselho debate o cálculo, aprova o cálculo, decreta o cálculo. Então, normalmente é assim que está acontecendo, e inclusive é uma das minhas críticas em relação ao papel do conselho na atuação dos últimos aumentos tarifários. A gente já bateu o nosso teto da reunião. Quero agradecer a presença de todos que se fizeram presentes neste debate. Com certeza a gente vai ter que avançar nessa discussão, secretário, eu conto com a presença do senhor para os próximos debates. Agradecer também a participação das entidades estudantis, dos trabalhadores, dos meus colegas vereadores que se fizeram presentes até esse momento. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h28min.)